



# Demonstrativos Consolidados (Comparativos) e Notas Explicativas

Prefeitura do Município de São Paulo  
Departamento de Contadoria



## CONSOLIDADO GERAL

### Balço Patrimonial do Exercício 2017

em R\$

Ativo						Passivo					
ESPECIFICAÇÃO	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação	Representatividade	ESPECIFICAÇÃO	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação	Representatividade
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>10.607.710.950,52</b>	<b>8.331.791.389,96</b>	<b>27,3%</b>	<b>10,1%</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.452.489.362,63</b>	<b>13.014.060.791,15</b>	<b>-42,7%</b>	<b>7,1%</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	6.944.470.411,67	5.457.866.976,19	27,2%	6,6%	OBRIGAÇÕES TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO	8	1.339.005.325,19	1.824.191.213,57	-26,6%	1,3%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2	3.408.646.011,99	2.668.779.667,07	27,7%	3,2%	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	9	2.103.572.141,73	2.043.188.206,24	3,0%	2,0%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		45.908.871,53	28.029.055,72	63,8%	0,0%	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10	477.764.094,24	1.141.578.357,48	-58,1%	0,5%
ESTOQUES		208.216.883,23	133.910.325,09	55,5%	0,2%	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	11	15.376.178,70	30.987.038,54	-50,4%	0,0%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3	468.772,10	43.205.365,89	-98,9%	0,0%	PROVISÕES A CURTO PRAZO	12	118.238.111,72	115.839.000,00	2,1%	0,1%
						DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13	3.398.533.511,05	7.858.276.975,32	-56,8%	3,2%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>94.941.412.116,68</b>	<b>91.667.222.980,34</b>	<b>3,6%</b>	<b>89,9%</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>197.758.534.549,68</b>	<b>159.242.584.886,25</b>	<b>24,2%</b>	<b>187,4%</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		65.089.029.333,16	61.803.871.566,89	5,3%	61,7%	OBRIGAÇÕES TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST. A PAGAR A LONGO PRAZO	8	12.593.037.208,65	12.364.233.779,62	1,9%	11,9%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	4	64.720.793.622,61	61.436.714.773,18	5,3%	61,3%	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	9	27.134.627.621,58	28.745.301.471,65	-5,6%	25,7%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO		7.725,10	10.454,27	-26,1%	0,0%	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	10	4.628.827.121,11	4.276.690.608,50	8,2%	4,4%
ESTOQUES		368.227.985,45	367.146.339,44	0,3%	0,3%	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	11	136.706.580,69	116.954.148,87	16,9%	0,1%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		-	-	-	0,0%	PROVISÕES A LONGO PRAZO	12	146.761.694.237,85	114.709.507.457,29	27,9%	139,0%
INVESTIMENTOS	5	8.933.164.975,13	8.977.203.736,05	-0,5%	8,5%	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	13	6.503.641.779,80	(970.102.579,68)	-770,4%	6,2%
IMOBILIZADO	6	20.879.024.352,08	20.834.581.295,19	0,2%	19,8%						
INTANGÍVEL	7	40.193.456,31	51.566.382,21	-22,1%	0,0%						
						<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>205.211.023.912,31</b>	<b>172.256.645.677,40</b>	<b>19,1%</b>	<b>194,4%</b>
						<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<b>(99.661.900.845,11)</b>	<b>(72.257.631.307,10)</b>	<b>37,9%</b>	<b>-94,4%</b>
						PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		756.901.559,14	756.901.559,14	0,0%	0,7%
						ADIANTEAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		736.987.431,93	736.987.431,93	0,0%	0,7%
						AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	0,0%
						DEMAIS RESERVAS		141.159.029,23	141.156.510,94	0,0%	0,1%
						RESULTADOS ACUMULADOS		(101.296.948.865,41)	(73.892.676.809,11)	37,1%	-96,0%
<b>TOTAL</b>		<b>105.549.123.067,20</b>	<b>99.999.014.370,30</b>	<b>5,6%</b>	<b>100,0%</b>	<b>TOTAL</b>		<b>105.549.123.067,20</b>	<b>99.999.014.370,30</b>	<b>5,6%</b>	<b>100,0%</b>



## CONSOLIDADO GERAL

### Balço Patrimonial do Exercício 2017

#### Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Ativo (I)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representatividade	Passivo (II)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representatividade
ATIVO FINANCEIRO		10.247.183.903,61	8.098.321.894,35	26,5%	9,7%	PASSIVO FINANCEIRO		5.692.776.022,34	4.289.469.584,86	32,7%	2,7%
ATIVO PERMANENTE		95.301.940.163,59	91.900.692.475,95	3,7%	90,3%	PASSIVO PERMANENTE		201.587.476.716,65	169.386.555.779,12	19,0%	97,3%
				-		<b>Saldo Patrimonial (I - II)</b>		<b>(101.731.128.671,79)</b>	<b>(73.677.010.993,68)</b>	<b>38,1%</b>	

#### Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

Atos Potenciais Ativos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representatividade	Atos Potenciais Passivos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representatividade
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		2.201.879.287,31	2.137.364.158,62	3,0%	11,0%	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		32.517.359.780,07	32.939.076.047,91	-1,3%	77,0%
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		-	-	-	0,0%	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		-	-	-	0,0%
DIREITOS CONTRATUAIS		-	-	-	0,0%	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		9.091.284.258,92	570.618.726,26	1493,2%	21,5%
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		17.879.615.329,20	15.338.235.159,75	16,6%	89,0%	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		600.899.107,65	642.773.119,03	-6,5%	1,4%
<b>TOTAL</b>		<b>20.081.494.616,51</b>	<b>17.475.599.318,37</b>	<b>14,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>TOTAL</b>		<b>42.209.543.146,64</b>	<b>34.152.467.893,20</b>	<b>23,6%</b>	<b>100,0%</b>

#### Quadro do Superávit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Fontes de Recursos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representatividade
ORDINÁRIA	14	1.673.799.725,24	1.299.902.174,53	28,8%	36,8%
VINCULADA		2.880.607.156,03	2.508.950.134,96	14,8%	63,2%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		46.793.282,28	34.016.070,72	37,6%	1,0%
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS		341.204.304,05	291.110.669,36	17,2%	7,5%
TRANSFERÊNCIA ESTADUAIS		185.347.940,67	151.304.773,74	22,5%	4,1%
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO		17.056.600,86	55.382.642,57	-69,2%	0,4%
OUTRAS FONTES		268.292.628,31	281.064.521,86	-4,5%	5,9%
RECEITA CONDICIONADA		-	-	-	0,0%
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO		2.021.912.399,86	1.696.071.456,71	19,2%	44,4%
<b>TOTAL:</b>		<b>4.554.406.881,27</b>	<b>3.808.852.309,49</b>	<b>19,6%</b>	<b>100,0%</b>



**CONSOLIDADO GERAL**  
**Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2017**

em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>88.574.292.223,63</b>	<b>138.844.616.536,62</b>	<b>-36,2%</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>				
IMPOSTOS	1	25.586.174.149,80	23.377.317.391,79	9,4%
TAXAS		25.254.523.982,16	23.077.590.177,36	9,4%
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		331.650.167,64	299.727.214,43	10,7%
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>				
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2	3.750.935.301,01	3.729.282.352,82	0,6%
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		3.275.703.243,50	3.193.317.879,44	2,6%
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		475.232.057,51	535.964.473,38	-11,3%
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		-	-	-
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>				
VENDA DE MERCADORIAS		776.607.815,63	744.000.488,95	4,4%
VENDA DE PRODUTOS		61.469.182,51	59.634.392,06	3,1%
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		715.138.633,12	684.366.096,89	4,5%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>				
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		13.614.874.049,04	2.120.484.194,78	542,1%
JUROS E ENCARGOS DE MORA	3	12.654.624.268,78	451.665.250,41	2701,8%
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		189.677.088,06	390.764.704,30	-51,5%
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		-	-	-
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		767.618.214,00	1.233.541.089,30	-37,8%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		2.954.478,20	44.513.150,77	-93,4%
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>				
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4	26.334.859.080,81	25.097.685.600,04	4,9%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5	9.670.166.204,88	8.719.901.553,10	10,9%
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		16.589.471.986,01	16.351.920.071,57	1,5%
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		153.027,87	224.577,44	-31,9%
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		35.333,12	-	-
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		74.155.426,94	22.534.035,84	229,1%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		877.101,99	3.105.362,09	-71,8%
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS</b>				
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		3.025.400.376,68	51.110.196.182,32	-94,1%
GANHOS COM ALIENAÇÃO		-	-	-
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		113.287.126,74	1.013.302.912,48	-88,8%
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	6	2.912.113.249,94	50.096.893.269,84	-94,2%
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		-	-	-
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>				
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	7	15.485.441.450,66	32.665.650.325,92	-52,6%
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		127.805.028,24	98.494.858,60	29,8%
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		44.365.464,56	190.258.003,78	-76,7%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		637.881.134,31	2.329.341.499,39	-72,6%
		14.675.389.823,55	30.047.555.964,15	-51,2%



**CONSOLIDADO GERAL**  
**Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2017**

em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>				
		<b>115.120.395.418,71</b>	<b>142.134.080.043,69</b>	<b>-19,0%</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>				
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	8	15.505.063.861,64	14.646.790.625,68	5,9%
ENCARGOS PATRONAIS		12.582.249.015,28	11.730.620.528,54	7,3%
BENEFÍCIOS A PESSOAL		2.080.975.244,77	2.068.183.379,82	0,6%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		819.152.445,72	825.993.059,46	-0,8%
		22.687.155,87	21.993.657,86	3,2%
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>		<b>8.216.071.910,61</b>	<b>7.232.292.221,06</b>	<b>13,6%</b>
APOSENTADORIAS E REFORMAS	9	7.265.412.718,04	6.301.294.137,59	15,3%
PENSÕES		761.599.245,18	722.603.626,95	5,4%
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		-	-	-
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		-	-	-
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		184.515.752,55	203.645.673,54	-9,4%
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		4.544.194,84	4.748.782,98	-4,3%
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>		<b>14.288.893.406,51</b>	<b>14.774.239.983,45</b>	<b>-3,3%</b>
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		1.220.373.743,57	1.308.195.723,16	-6,7%
SERVIÇOS	10	13.034.472.804,51	13.445.533.878,88	-3,1%
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		34.046.858,43	20.510.381,41	66,0%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>		<b>3.522.986.798,62</b>	<b>8.378.269.646,23</b>	<b>-58,0%</b>
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		1.243.338.941,73	2.248.856.777,31	-44,7%
JUROS E ENCARGOS DE MORA		1.436.567,32	8.564.051,90	-83,2%
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	11	2.278.211.289,57	6.120.848.817,02	-62,8%
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		-	-	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		-	-	-
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>		<b>19.940.095.451,19</b>	<b>17.725.364.065,23</b>	<b>12,5%</b>
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	12	9.666.916.511,71	8.639.141.246,41	11,9%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13	5.000.998.899,65	4.602.574.447,00	8,7%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14	5.272.096.642,63	4.483.546.878,53	17,6%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		83.397,20	101.493,29	-17,8%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		-	-	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		-	-	-
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS</b>		<b>13.250.688.628,12</b>	<b>39.546.973.602,44</b>	<b>-66,5%</b>
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	15	4.899.195.849,31	35.535.717.837,82	-86,2%
PERDAS COM ALIENAÇÃO		189.171,42	1.217.816,80	-84,5%
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		24.646.700,67	34.422.648,17	-28,4%
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		1.775.598.731,19	3.034.917.377,79	-41,5%
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	16	6.551.058.175,53	940.697.921,86	596,4%
<b>TRIBUTÁRIAS</b>		<b>504.222.944,40</b>	<b>503.791.519,83</b>	<b>0,1%</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		4.180.864,17	3.321.816,27	25,9%
CONTRIBUIÇÕES		500.042.080,23	500.469.703,56	-0,1%
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>14.843.535,65</b>	<b>17.606.278,85</b>	<b>-15,7%</b>
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		14.843.535,65	17.606.278,85	-15,7%
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		-	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	-	-
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	17	<b>39.877.528.881,97</b>	<b>39.308.752.100,92</b>	<b>1,4%</b>
PREMIAÇÕES		6.272.239,64	8.690.542,95	-27,8%
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		43.221.086,30	6.146.948,33	603,1%
INCENTIVOS		135.055,92	137.010,16	-1,4%
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		-	-	-
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		-	-	-
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		34.664.769,90	431.318.172,72	-92,0%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		39.793.235.730,21	38.862.459.426,76	2,4%
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>		<b>(26.546.103.195,08)</b>	<b>(3.289.463.507,07)</b>	<b>707,0%</b>



**CONSOLIDADO GERAL**  
**Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido do Exercício 2017**

em R\$

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Patrimônio Social/Capital Social	Adiantamento p/ futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais		756.901.559,14	736.987.431,93	-	-	-	141.156.510,94	(73.892.676.809,11)	-	(72.257.631.307,10)
Ajustes Ex. Anterior		-	-	-	-	-	-	(858.168.861,22)	-	(858.168.861,22)
Aumento Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Exercício		-	-	-	-	-	-	(26.546.103.195,08)	-	(26.546.103.195,08)
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	2.518,29	-	-	2.518,29
<b>Saldos Finais</b>	<b>1</b>	<b>756.901.559,14</b>	<b>736.987.431,93</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>141.159.029,23</b>	<b>(101.296.948.865,41)</b>	<b>-</b>	<b>(99.661.900.845,11)</b>



## CONSOLIDADO GERAL

### Balanço Financeiro do Exercício 2017

08/03/2016  
em R\$

INGRESSOS					DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>	<b>1A e 1B</b>	<b>51.768.085.786,03</b>	<b>47.527.063.233,37</b>	<b>9%</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>	<b>1C</b>	<b>51.414.029.077,08</b>	<b>49.422.518.911,62</b>	<b>4%</b>
ORDINÁRIA		41.633.205.673,33	37.626.961.986,56	11%	ORDINÁRIA		41.421.365.101,30	38.926.806.090,96	6%
TESOURO MUNICIPAL		38.147.158.517,42	34.211.407.226,53	12%	TESOURO MUNICIPAL		37.970.822.193,95	35.539.718.886,55	7%
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		3.444.219.616,03	3.357.173.518,07	3%	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		3.401.266.714,24	3.349.809.828,63	2%
RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE		41.827.539,88	58.381.241,96	-28%	RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE		49.276.193,11	37.277.375,78	32%
VINCULADA		10.134.880.112,70	9.900.101.246,81	2%	VINCULADA		9.992.663.975,78	10.495.712.820,66	-5%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		46.386.246,66	70.659.025,81	-34%	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		56.375.670,34	78.215.703,95	-28%
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS		3.008.586.709,21	3.202.109.900,29	-6%	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS		3.034.717.115,93	3.072.661.327,50	-1%
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS		550.779.567,61	559.824.272,34	-2%	TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS		540.139.071,44	478.578.544,89	13%
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO		3.788.793.795,83	3.474.580.981,19	9%	FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO		3.827.119.837,54	3.509.458.662,40	9%
OUTRAS FONTES		73.006.317,77	45.449.150,79	61%	OUTRAS FONTES		94.590.659,43	47.888.619,33	98%
RECEITA CONDICIONADA					RECEITA CONDICIONADA				
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO		2.667.327.475,62	2.547.477.916,39	5%	TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO		2.439.721.621,10	3.308.909.962,59	-26%
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>2</b>	<b>9.650.186.257,68</b>	<b>8.617.408.067,20</b>	<b>12%</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	<b>2</b>	<b>9.656.344.822,32</b>	<b>8.621.173.072,97</b>	<b>12%</b>
PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		4.956.195.292,81	4.821.243.073,88	3%	PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		4.956.208.805,00	8.588.750.428,35	-42%
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.474.125,46	28.659.785,78	-95%	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		7.619.177,91	32.422.644,62	-77%
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		4.692.516.839,41	3.767.505.207,54	25%	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		4.692.516.839,41		
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		-	-		PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		-	-	
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>	<b>3</b>	<b>54.206.715.073,06</b>	<b>48.148.895.056,85</b>	<b>13%</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>	<b>3</b>	<b>52.434.126.600,44</b>	<b>48.162.655.921,61</b>	<b>9%</b>
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		2.079.310.055,88	1.424.960.098,85	46%	PAGAMENTOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		907.840.720,25	1.620.236.525,97	-44%
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		332.511.239,20	248.176.570,14	34%	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		239.454.749,27	283.778.474,67	-16%
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		5.010.596.707,73	4.857.339.804,83	3%	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		4.497.070.295,50	4.591.227.994,34	-2%
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		46.784.297.070,25	41.618.418.583,03	12%	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		46.789.760.835,42	41.667.412.926,63	12%
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>	<b>4</b>	<b>7.655.093.047,00</b>	<b>9.568.074.595,78</b>	<b>-20%</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>	<b>4</b>	<b>9.775.579.663,93</b>	<b>7.655.093.047,00</b>	<b>28%</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<b>5</b>	5.457.866.976,19	6.306.083.254,54	-13%	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<b>5</b>	6.944.470.411,67	5.457.866.976,19	27%
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		2.169.197.015,09	3.232.661.481,42	-33%	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		2.785.200.380,73	2.169.197.015,09	28%
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		28.029.055,72	29.329.859,82	-4%	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		45.908.871,53	28.029.055,72	64%
<b>Total (V) = (I+II+III+IV)</b>		<b>123.280.080.163,77</b>	<b>113.861.440.953,20</b>	<b>8,27%</b>	<b>Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>		<b>123.280.080.163,77</b>	<b>113.861.440.953,20</b>	<b>8%</b>



## CONSOLIDADO GERAL

### Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício 2017

em R\$

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>		<b>4.033.071.039,53</b>	<b>3.112.065.279,01</b>	<b>29,59%</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>112.845.619.124,54</b>	<b>103.667.770.382,91</b>	<b>8,85%</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		<b>36.561.526.949,06</b>	<b>32.562.903.509,58</b>	<b>12,28%</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		25.527.893.006,05	23.377.317.391,79	9,20%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		3.750.935.301,01	3.729.282.352,82	0,58%
RECEITA PATRIMONIAL		888.252.667,40	1.468.769.544,28	-39,52%
RECEITA AGROPECUÁRIA		-	-	0,00%
RECEITA INDUSTRIAL		-	-	0,00%
RECEITA DE SERVIÇOS		546.881.797,36	547.455.805,71	-0,10%
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		100.614.179,04	-	0,00%
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		5.746.949.998,20	3.440.078.414,98	67,06%
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS</b>		<b>23.770.880.373,34</b>	<b>22.186.181.934,34</b>	<b>7,14%</b>
<b>INTERGOVERNAMENTAIS</b>		<b>10.271.092.939,54</b>	<b>10.079.543.892,69</b>	<b>1,90%</b>
DA UNIÃO		2.636.235.872,45	2.637.403.072,23	-0,04%
DE ESTADOS E DISTRITO FEDERAL		7.634.857.067,09	7.442.140.820,46	2,59%
DE MUNICÍPIOS		-	-	0,00%
INTRAGOVERNAMENTAIS		9.651.063.359,67	8.620.513.429,29	11,95%
OUTRAS TRANSFÊRENCIAS CORRENTES RECEBIDAS		3.848.724.074,13	3.486.124.612,36	10,40%
<b>OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS</b>		<b>52.513.211.802,14</b>	<b>48.918.684.938,99</b>	<b>7,35%</b>
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1	52.513.211.802,14	48.918.684.938,99	7,35%
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>108.812.548.085,01</b>	<b>100.555.705.103,90</b>	<b>8,21%</b>
<b>PESSOAL E DEMAIS DESPESAS</b>		<b>45.334.105.011,80</b>	<b>43.178.331.166,51</b>	<b>4,99%</b>
LEGISLATIVA		743.178.780,78	705.231.769,54	5,38%
JUDICIÁRIA		202.842.897,81	198.888.894,92	1,99%
ADMINISTRAÇÃO		668.794.912,74	694.793.484,76	-3,74%
DEFESA NACIONAL		276.043,60	323.069,77	-14,56%
SEGURANÇA PÚBLICA		502.193.912,27	510.249.007,94	-1,58%
RELAÇÕES EXTERIORES		83.397,20	546.418,94	-84,74%
ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.245.955.401,62	1.183.198.454,73	5,30%
PREVIDÊNCIA SOCIAL		10.310.507.904,76	9.325.834.930,46	10,56%
SAÚDE		10.034.107.012,94	9.430.542.791,50	6,40%
TRABALHO		69.638.128,88	91.131.603,44	-23,59%
EDUCAÇÃO		10.457.830.322,28	10.086.311.555,82	3,68%
CULTURA		538.259.913,84	564.557.813,08	-4,66%
DIREITOS DA CIDADANIA		69.068.258,15	94.011.510,67	-26,53%
URBANISMO		3.848.871.700,92	4.030.856.019,87	-4,51%
HABITAÇÃO		291.299.653,70	340.073.431,41	-14,34%
SANEAMENTO		146.864.413,91	177.917.965,72	-17,45%
GESTÃO AMBIENTAL		201.428.454,66	243.642.955,85	-17,33%
AGRICULTURA		-	-	0,00%
COMÉRCIO E SERVIÇOS		3.735.142,18	2.529.738,20	47,65%
COMUNICAÇÕES		94.178.486,76	125.507.513,52	-24,96%
ENERGIA		-	-	0,00%
TRANSPORTE		4.381.189.633,90	4.006.162.807,33	9,36%
DESPORTE E LAZER		162.861.248,68	213.567.613,57	-23,74%
ENCARGOS ESPECIAIS		1.360.939.390,22	1.152.451.815,47	18,09%
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		<b>1.212.581.839,61</b>	<b>1.150.246.269,03</b>	<b>5,42%</b>
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA		1.192.926.277,85	1.124.358.017,05	6,10%
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA EXTERNA		16.396.157,42	20.229.989,15	-18,95%
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA		3.259.404,34	5.658.262,83	-42,40%
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		<b>9.656.344.822,32</b>	<b>8.621.173.072,97</b>	<b>12,01%</b>
INTRAGOVERNAMENTAIS		9.656.344.822,32	8.621.173.072,97	12,01%
<b>OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>		<b>52.609.516.411,28</b>	<b>47.605.954.595,39</b>	<b>10,51%</b>
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1	52.609.516.411,28	47.605.954.595,39	10,51%
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>(1.219.807.123,65)</b>	<b>(2.913.875.678,67)</b>	<b>-58,14%</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>399.356.985,63</b>	<b>481.195.225,76</b>	<b>-17,01%</b>
ALIENAÇÃO DE BENS		22.992.733,79	9.517.812,38	141,58%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		22.320.251,23	20.852.757,62	7,04%
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTO	2	354.044.000,61	450.824.655,76	-21,47%
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>1.619.164.109,28</b>	<b>3.395.070.904,43</b>	<b>-52,31%</b>
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2	966.866.569,91	-	0,00%
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		-	-	0,00%
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		652.297.539,37	3.395.070.904,43	-80,79%
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>(1.326.660.480,40)</b>	<b>(1.046.405.878,69)</b>	<b>26,78%</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>686.507.735,68</b>	<b>914.190.630,89</b>	<b>-24,91%</b>
OPERÇÕES DE CRÉDITO		44.420.661,72	69.310.730,36	-35,91%
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		-	-	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS	3	642.087.073,96	844.879.900,53	-24,00%
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>2.013.168.216,08</b>	<b>1.960.596.509,58</b>	<b>2,68%</b>
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	3	2.013.168.216,08	-	0,00%
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		-	1.960.596.509,58	0,00%
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)</b>		<b>1.486.603.435,48</b>	<b>(848.216.278,35)</b>	<b>-275,26%</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		5.457.866.976,19	6.306.083.254,54	-13,45%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	4	6.944.470.411,67	5.457.866.976,19	27,24%





**CONSOLIDADO GERAL**  
**Balço Orçamentário do Exercício 2017**

em R\$

Receitas Orçamentárias	Notas	Exercício Atual			Exercício Anterior			Variação
		Previsão	Realização	Saldo	Previsão	Realização	Saldo	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>49.739.465.592,00</b>	<b>50.682.221.064,72</b>	<b>942.755.472,72</b>	<b>46.194.126.551,00</b>	<b>46.131.677.376,72</b>	<b>(62.449.174,28)</b>	<b>10%</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		24.989.700.193,00	25.527.893.006,05	538.192.813,05	23.307.700.314,00	23.377.317.391,79	69.617.077,79	9%
IMPOSTOS		24.697.130.344,00	25.196.242.838,41	499.112.494,41	23.035.250.584,00	23.077.590.177,36	42.339.593,36	9%
TAXAS		292.569.849,00	331.650.167,64	39.080.318,64	272.449.730,00	299.727.214,43	27.277.484,43	11%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		3.788.127.435,00	3.750.935.301,01	(37.192.133,99)	3.714.395.943,00	3.729.282.352,82	14.886.409,82	1%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		3.243.542.400,00	3.275.703.062,41	32.160.662,41	3.183.598.202,00	3.193.317.879,44	9.719.677,44	3%
CONTRIBUIÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		544.585.035,00	475.232.238,60	(69.352.796,40)	530.797.741,00	535.964.473,38	5.166.732,38	-11%
RECEITA PATRIMONIAL		1.015.027.182,00	988.866.846,44	(26.160.335,56)	995.945.760,00	1.468.769.544,28	472.823.784,28	-33%
RECEITAS IMOBILIÁRIAS		5.139.118,00	3.510.797,89	(1.628.320,11)	4.676.625,00	4.887.978,62	211.353,62	-28%
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		800.202.398,00	778.771.220,50	(21.431.177,50)	837.633.523,00	1.278.565.956,95	440.932.433,95	-39%
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		201.185.666,00	201.123.090,95	(62.575,05)	93.252.938,00	163.107.439,64	69.854.501,64	23%
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		4.000.000,00	3.057.628,13	(942.371,87)	56.382.674,00	8.261.729,56	(48.120.944,44)	-63%
RECEITAS DECORRENTES DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BENS PÚBLICOS EM		-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DA CESSÃO DE DIREITOS		-	991.200,00	991.200,00	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		4.500.000,00	1.412.908,97	(3.087.091,03)	4.000.000,00	13.946.439,51	9.946.439,51	-90%
RECEITA AGROPECUÁRIA		-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL		-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		623.406.864,00	546.881.797,36	(76.525.066,64)	542.861.977,00	547.455.805,71	4.593.828,71	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		14.574.271.009,00	14.120.694.115,66	(453.576.893,34)	14.834.796.263,00	13.568.773.867,14	(1.266.022.395,86)	4%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		14.426.542.066,00	14.039.178.217,01	(387.363.848,99)	14.647.954.027,00	13.531.060.962,96	(1.116.893.064,04)	4%
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		-	35.333,12	35.333,12	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		96.008.000,00	75.032.528,64	(20.975.471,36)	108.000.000,00	22.534.035,74	(85.465.964,26)	233%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		51.720.943,00	6.448.036,89	(45.272.906,11)	78.842.236,00	15.178.868,44	(63.663.367,56)	-58%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		4.748.932.909,00	5.746.949.998,20	998.017.089,20	2.798.426.294,00	3.440.078.414,98	641.652.120,98	67%
MULTAS E JUROS DE MORA		1.906.781.927,00	2.780.321.960,52	873.540.033,52	1.469.099.737,00	1.979.911.268,29	510.811.531,29	40%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		118.064.008,00	125.193.417,59	7.129.409,59	161.937.873,00	128.300.816,44	(33.637.056,56)	-2%
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		232.381.581,00	1.290.510.160,85	1.058.128.579,85	286.429.089,00	769.199.888,48	482.770.799,48	68%
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PARA .... ATUARIAL DO		-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		2.491.705.393,00	1.550.924.459,24	(940.780.933,76)	880.959.595,00	562.666.441,77	(318.293.153,23)	176%
<b>RECEITA DE CAPITAL (II)</b>		<b>4.855.097.551,00</b>	<b>1.085.864.721,31</b>	<b>(3.769.232.829,69)</b>	<b>8.123.240.586,00</b>	<b>1.395.385.856,65</b>	<b>(6.727.854.729,35)</b>	<b>-22%</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		108.208.003,00	44.420.661,72	(63.787.341,28)	101.980.200,00	69.310.730,36	(32.669.469,64)	-36%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		108.208.003,00	44.420.661,72	(63.787.341,28)	101.980.200,00	69.310.730,36	(32.669.469,64)	-36%
ALIEAÇÃO DE BENS		906.351.569,00	22.992.733,79	(883.358.835,21)	763.086.311,00	9.517.812,38	(753.568.498,62)	142%
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS		627.580.000,00	2.114.699,00	(625.465.301,00)	701.065.000,00	1.318.594,72	(699.746.405,28)	60%
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		278.771.569,00	20.878.034,79	(257.893.534,21)	62.021.311,00	8.199.217,66	(53.822.093,34)	155%
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		23.388.741,00	22.320.251,23	(1.068.489,77)	105.994.768,00	20.852.757,62	(85.142.010,38)	7%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.687.426.370,00	642.087.073,96	(2.045.339.296,04)	3.982.798.421,00	844.879.900,53	(3.137.918.520,47)	-24%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		940.962.000,00	19.260.610,60	(921.701.389,40)	1.843.097.046,00	326.102.829,81	(1.516.994.216,19)	-94%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		1.746.464.370,00	622.826.463,36	(1.123.637.906,64)	2.139.701.375,00	518.777.070,72	(1.620.924.304,28)	20%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		1.129.722.868,00	354.044.000,61	(775.678.867,39)	3.169.380.886,00	450.824.655,76	(2.718.556.230,24)	-21%
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL		-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL DIVERSAS		1.129.722.868,00	354.044.000,61	(775.678.867,39)	3.169.380.886,00	450.824.655,76	(2.718.556.230,24)	-21%
RECURSOS ARRECADADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	<b>89.933.210,00</b>	-	<b>(89.933.210,00)</b>	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>		<b>54.594.563.143,00</b>	<b>51.768.085.786,03</b>	<b>(2.826.477.356,97)</b>	<b>54.407.300.347,00</b>	<b>47.527.063.233,37</b>	<b>(6.880.237.113,63)</b>	<b>9%</b>
<b>REFINANCIAMENTO (IV)</b>		-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>		<b>54.594.563.143,00</b>	<b>51.768.085.786,03</b>	<b>(2.826.477.356,97)</b>	<b>54.407.300.347,00</b>	<b>47.527.063.233,37</b>	<b>(6.880.237.113,63)</b>	<b>9%</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>		<b>263.181.789,90</b>	-	<b>-263.181.789,90</b>	-	<b>1.895.455.678,25</b>	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>1</b>	<b>54.857.744.932,90</b>	<b>51.768.085.786,03</b>	<b>(3.089.659.146,87)</b>	<b>54.407.300.347,00</b>	<b>49.422.518.911,62</b>	<b>(6.880.237.113,63)</b>	<b>5%</b>
<b>SALDO EX.ANT.(Utilizados p/ créditos adicionais)</b>		<b>263.181.789,90</b>	<b>163.181.789,90</b>	<b>(100.000.000,00)</b>	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES		100.000.000,00	-	(100.000.000,00)	-	-	-	-
SUPERÁVIT FINANCEIROS	<b>2</b>	163.181.789,90	163.181.789,90	-	-	-	-	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		-	-	-	-	-	-	-



## CONSOLIDADO GERAL Balço Orçamentário do Exercício 2017

em R\$

Despesas Orçamentárias	Notas	Exercício Atual					
		Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesas Empenhadas (c)	Despesas Liquidadas (d)	Despesas Pagas (e)	Saldo da Dotação (f) = (b - c)
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>		<b>46.214.556.955,00</b>	<b>49.732.380.365,67</b>	<b>47.341.220.729,13</b>	<b>45.860.154.258,39</b>	<b>45.548.716.804,38</b>	<b>2.391.159.636,54</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		22.010.680.344,00	22.165.820.743,68	21.470.818.752,26	21.447.119.567,02	21.436.843.777,94	695.001.991,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		1.279.663.868,00	1.236.403.522,47	1.212.581.514,69	1.212.581.514,69	1.212.581.514,69	23.822.007,78
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22.924.212.743,00	26.330.156.099,52	24.657.820.462,18	23.200.453.176,68	22.899.291.511,75	1.672.335.637,34
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX)</b>		<b>8.480.005.188,00</b>	<b>5.125.363.567,23</b>	<b>4.072.808.347,95</b>	<b>3.474.564.762,81</b>	<b>3.438.325.757,90</b>	<b>1.052.555.219,28</b>
INVESTIMENTOS		6.157.686.270,00	2.965.072.326,57	1.986.784.806,28	1.389.259.825,89	1.354.210.554,16	978.287.520,29
INVERSÕES FINANCEIRAS		188.381.971,00	78.149.971,00	72.882.778,61	72.164.173,86	70.974.440,68	5.267.192,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		2.133.936.947,00	2.082.141.269,66	2.013.140.763,06	2.013.140.763,06	2.013.140.763,06	69.000.506,60
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)</b>		<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	-	-	-	<b>1.000,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)</b>		<b>54.694.563.143,00</b>	<b>54.857.744.932,90</b>	<b>51.414.029.077,08</b>	<b>49.334.719.021,20</b>	<b>48.987.042.562,28</b>	<b>3.443.715.855,82</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)</b>		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>		<b>54.694.563.143,00</b>	<b>54.857.744.932,90</b>	<b>51.414.029.077,08</b>	<b>49.334.719.021,20</b>	<b>48.987.042.562,28</b>	<b>3.443.715.855,82</b>
<b>SUPERÁVIT (XIV)</b>	3	-	-	<b>354.056.708,95</b>	0	0	0
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	4	<b>54.694.563.143,00</b>	<b>54.857.744.932,90</b>	<b>51.768.085.786,03</b>	<b>49.334.719.021,20</b>	<b>48.987.042.562,28</b>	<b>3.443.715.855,82</b>
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
<b>Exercício Anterior</b>							
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>		<b>44.244.313.916,00</b>	<b>46.415.425.230,58</b>	<b>44.409.509.112,21</b>	<b>43.375.654.128,31</b>	<b>43.149.964.632,27</b>	<b>2.005.916.118,37</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		20.478.213.516,00	20.752.590.968,11	20.307.324.231,00	20.265.578.645,18	20.254.511.612,92	445.266.737,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		1.346.877.499,00	1.270.718.625,41	1.150.254.175,14	1.150.254.175,14	1.150.253.850,22	120.464.450,27
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22.419.222.901,00	24.392.115.637,06	22.951.930.706,07	21.959.821.307,99	21.745.199.169,13	1.440.184.930,99
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX)</b>		<b>10.162.984.929,00</b>	<b>7.991.873.614,42</b>	<b>5.013.009.799,41</b>	<b>4.621.904.684,46</b>	<b>4.584.098.317,72</b>	<b>2.978.863.815,01</b>
INVESTIMENTOS		8.184.405.701,00	5.954.596.340,40	3.023.027.177,56	2.631.981.909,28	2.594.973.909,13	2.931.569.162,84
INVERSÕES FINANCEIRAS		46.131.000,00	56.734.999,62	29.382.476,58	29.326.368,06	28.555.454,49	27.352.523,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.932.448.228,00	1.980.542.274,40	1.960.600.145,27	1.960.596.407,12	1.960.568.954,10	19.942.129,13
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)</b>		<b>1.502,00</b>	<b>1.502,00</b>	-	-	-	<b>1.502,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>		<b>54.407.300.347,00</b>	<b>54.407.300.347,00</b>	<b>49.422.518.911,62</b>	<b>47.997.558.812,77</b>	<b>47.734.062.949,99</b>	<b>4.984.781.435,38</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)</b>		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>		<b>54.407.300.347,00</b>	<b>54.407.300.347,00</b>	<b>49.422.518.911,62</b>	<b>47.997.558.812,77</b>	<b>47.734.062.949,99</b>	<b>4.984.781.435,38</b>
<b>SUPERÁVIT (XIV)</b>		-	-	-	-	0	0
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>		<b>54.407.300.347,00</b>	<b>54.407.300.347,00</b>	<b>49.422.518.911,62</b>	<b>47.997.558.812,77</b>	<b>47.734.062.949,99</b>	<b>4.984.781.435,38</b>
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
<b>Variações</b>							
<b>DESPESAS CORRENTES (IX)</b>		<b>4,5%</b>	<b>7,1%</b>	<b>6,6%</b>	<b>5,7%</b>	<b>5,6%</b>	<b>19,2%</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		7,5%	6,8%	5,7%	5,8%	5,8%	56,1%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-5,0%	-2,7%	5,4%	5,4%	5,4%	-80,2%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2,3%	7,9%	7,4%	5,6%	5,3%	16,1%
<b>DESPESAS DE CAPITAL (X)</b>		<b>-16,6%</b>	<b>-35,9%</b>	<b>-18,8%</b>	<b>-24,8%</b>	<b>-25,0%</b>	<b>-64,7%</b>
INVESTIMENTOS		-24,8%	-50,2%	-34,3%	-47,2%	-47,8%	-66,6%
INVERSÕES FINANCEIRAS		308,4%	37,7%	148,0%	146,1%	148,5%	-80,7%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		10,4%	5,1%	2,7%	2,7%	2,7%	246,0%
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)</b>		<b>-33,4%</b>	<b>-33,4%</b>	-	-	-	<b>-33,4%</b>
<b>RESERVA DO RPPS (XII)</b>		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)</b>		<b>0,5%</b>	<b>0,8%</b>	<b>4,0%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,6%</b>	<b>-30,9%</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)</b>		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)</b>		<b>0,5%</b>	<b>0,8%</b>	<b>4,0%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,6%</b>	<b>-30,9%</b>
<b>SUPERÁVIT (XVI)</b>		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (XVII) = (XV + XVI)</b>		<b>0,5%</b>	<b>0,8%</b>	<b>4,7%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,6%</b>	<b>-30,9%</b>



**CONSOLIDADO GERAL**  
Balço Orçamentário do Exercício 2017

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

em R\$

Restos a Pagar não Processados	Notas	Exercício Atual					
		Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>1.037.446,58</b>	<b>1.033.854.983,90</b>	<b>782.334.074,14</b>	<b>781.109.505,43</b>	<b>252.557.593,64</b>	<b>1.225.331,41</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		-	41.745.585,82	14.832.987,53	14.832.987,53	26.912.598,29	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.037.446,58	992.109.398,08	767.501.086,61	766.276.517,90	225.644.995,35	1.225.331,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>5.643.218,15</b>	<b>391.105.114,95</b>	<b>160.536.492,77</b>	<b>156.210.254,89</b>	<b>236.160.313,56</b>	<b>4.377.764,65</b>
INVESTIMENTOS		5.643.218,15	391.045.268,28	160.483.561,63	156.157.323,75	236.153.398,03	4.377.764,65
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	56.108,52	52.931,14	52.931,14	3.177,38	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	3.738,15	-	-	3.738,15	-
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>6.680.664,73</b>	<b>1.424.960.098,85</b>	<b>942.870.566,91</b>	<b>937.319.760,32</b>	<b>488.717.907,20</b>	<b>5.603.096,06</b>

Exercício Anterior							
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>3.196.688,52</b>	<b>1.261.301.981,43</b>	<b>959.604.314,29</b>	<b>958.592.462,21</b>	<b>304.868.761,16</b>	<b>1.037.446,58</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		-	18.530.499,59	5.484.233,31	5.484.233,31	13.046.266,28	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	9.880,12	-	-	9.880,12	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.196.688,52	1.242.761.601,72	954.120.080,98	953.108.228,90	291.812.614,76	1.037.446,58
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>401.491.273,04</b>	<b>1.559.171.067,11</b>	<b>699.817.766,87</b>	<b>695.583.298,42</b>	<b>1.259.435.823,58</b>	<b>5.643.218,15</b>
INVESTIMENTOS		401.491.273,04	1.558.651.708,41	699.536.915,24	695.302.446,79	1.259.197.316,51	5.643.218,15
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	506.658,70	279.161,80	279.161,80	227.496,90	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	12.700,00	1.689,83	1.689,83	11.010,17	-
<b>TOTAL</b>		<b>404.687.961,56</b>	<b>2.820.473.048,54</b>	<b>1.659.422.081,16</b>	<b>1.654.175.760,63</b>	<b>1.564.304.584,74</b>	<b>6.680.664,73</b>

Variações							
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>-67,5%</b>	<b>-18,0%</b>	<b>-18,5%</b>	<b>-18,5%</b>	<b>-17,2%</b>	<b>18,1%</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		-	125,3%	170,5%	170,5%	106,3%	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	-100,0%	-	-	-100,0%	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		-67,5%	-20,2%	-19,6%	-19,6%	-22,7%	18,1%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>-98,6%</b>	<b>-74,9%</b>	<b>-77,1%</b>	<b>-77,5%</b>	<b>-81,2%</b>	<b>-22,4%</b>
INVESTIMENTOS		-98,6%	-74,9%	-77,1%	-77,5%	-81,2%	-22,4%
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	-88,9%	-81,0%	-81,0%	-98,6%	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	-70,6%	-100,0%	-100,0%	-66,0%	-
<b>TOTAL</b>		<b>-98,3%</b>	<b>-49,5%</b>	<b>-43,2%</b>	<b>-43,3%</b>	<b>-68,8%</b>	<b>-16,1%</b>

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Restos a Pagar Processados	Notas	Exercício Atual				
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>3.463.468,63</b>	<b>225.689.496,04</b>	<b>216.860.541,60</b>	<b>3.685.730,66</b>	<b>8.606.692,41</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		11.723,39	11.067.032,26	11.007.308,37	27.807,22	43.640,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	324,92	324,92	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.451.745,24	214.622.138,86	205.852.908,31	3.657.923,44	8.563.052,35
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>5.302.407,12</b>	<b>37.806.366,74</b>	<b>37.796.312,57</b>	<b>883.804,79</b>	<b>4.428.656,50</b>
INVESTIMENTOS		5.302.407,12	37.008.000,15	37.001.466,82	880.283,95	4.428.656,50
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	770.913,57	767.392,73	3.520,84	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	27.453,02	27.453,02	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>8.765.875,75</b>	<b>263.495.862,78</b>	<b>254.656.854,17</b>	<b>4.569.535,45</b>	<b>13.035.348,91</b>

Exercício Anterior						
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>4.609.481,21</b>	<b>219.852.013,27</b>	<b>220.030.341,06</b>	<b>967.684,79</b>	<b>3.463.468,63</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		14.209,14	11.013.321,64	11.015.692,94	114,45	11.723,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	2.418,81	2.418,81	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.595.272,07	208.836.272,82	209.012.229,31	967.570,34	3.451.745,24
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>1.817.123,34</b>	<b>81.671.723,52</b>	<b>75.985.797,87</b>	<b>2.200.641,87</b>	<b>5.302.407,12</b>
INVESTIMENTOS		1.817.123,34	79.633.394,53	73.947.468,88	2.200.641,87	5.302.407,12
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	2.012.463,34	2.012.463,34	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	25.865,65	25.865,65	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>6.426.604,55</b>	<b>301.523.736,79</b>	<b>296.016.138,93</b>	<b>3.168.326,66</b>	<b>8.765.875,75</b>

Variações						
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>-24,9%</b>	<b>2,7%</b>	<b>-1,4%</b>	<b>280,9%</b>	<b>148,5%</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		-17,5%	0,5%	-0,1%	24196,4%	272,2%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	-86,6%	-86,6%	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		-24,9%	2,8%	-1,5%	278,1%	148,1%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>191,8%</b>	<b>-53,7%</b>	<b>-50,3%</b>	<b>-59,8%</b>	<b>-16,5%</b>
INVESTIMENTOS		191,8%	-53,5%	-50,0%	-60,0%	-16,5%
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	-61,7%	-61,9%	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	6,1%	6,1%	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>36,4%</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-14,0%</b>	<b>44,2%</b>	<b>48,7%</b>

# Notas Explicativas Exercício de 2017

Prefeitura do Município de  
São Paulo  
Departamento de  
Contadoria

## Sumário

<b>1. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>174</b>
1.1 INTRODUÇÃO .....	174
1.2 CISÕES, FUSÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES, LIQUIDAÇÕES .....	175
1.3 BASE DE PREPARAÇÃO .....	175
1.4 PROVIDÊNCIAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO .....	179
<b>2 COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>181</b>
2.1 BALANÇO PATRIMONIAL .....	181
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	181
Nota 2 – Créditos a Curto Prazo .....	181
Nota 3 – VPD Pagas Antecipadamente .....	183
Nota 4 – Créditos a Longo Prazo.....	183
Nota 5 – Investimentos.....	184
Nota 6 – Imobilizado.....	186
Nota 7 – Intangível .....	186
Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais.....	186
Nota 9 – Empréstimos e Financiamentos.....	188
Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar .....	188
Nota 11 – Obrigações Fiscais.....	189
Nota 12 – Provisões.....	189
Nota 13 – Demais Obrigações.....	190
Nota 14 – Desvinculação da Receita.....	192
2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	193
Nota 1 – Impostos .....	193
Nota 2 – Contribuições Sociais .....	193
Nota 3 – Juros e Encargos de Mora .....	193
Nota 4 – Transferências Intragovernamentais .....	193
Nota 5 – Transferências Intergovernamentais .....	193
Nota 6 – Desincorporação de Passivos .....	193
Nota 7 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	193
Nota 8 – Remuneração a Pessoal.....	194
Nota 9 – Aposentadorias e Reformas .....	194
Nota 10 – Serviços.....	194
Nota 11 – Variações Monetárias e Cambiais .....	195
Nota 12 – Transferências Intragovernamentais .....	195
Nota 13 – Transferências Intergovernamentais .....	195
Nota 14 – Transferências a Instituições Privadas .....	195
Nota 15 – Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas .....	195
Nota 16 – Desincorporação de Ativos.....	195
Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.....	195
2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	196
Nota 1 – Saldo Final do Exercício Atual .....	196
2.4 BALANÇO FINANCEIRO .....	197
Nota 1-A – Desvinculação da Receita.....	197
Nota 1-B – Receita Líquida por Fonte de Recurso .....	198
Nota 1-C - Despesa por Fonte de Recursos.....	199
Nota 2 – Transferências Financeiras.....	199

Nota 3 - Execução de Restos a Pagar .....	201
Nota 4 – Do Saldo do Exercício Anterior para o Exercício Seguinte .....	201
Nota 5 – Caixa e equivalentes de Caixa - Registro contábil das retenções .....	202
2.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA .....	202
Nota 1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.....	202
Nota 2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos.....	202
Nota 3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento .....	203
Nota 4 – Caixa e Equivalente de Caixa Final.....	203
2.6 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	204
Nota 1 - Lei Orçamentária Anual - LOA .....	204
Nota 2 – Utilização do Superavit Financeiro .....	204
Nota 3 – Superavit Orçamentário .....	204
Nota 4 – Detalhamento das Despesas Executadas por Crédito Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário .....	205
Nota 5 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias.....	206
Nota 6 – Restos a Pagar não Processados Liquidados .....	207
<b>3 AÇÕES DE MELHORIA NOS PROCESSOS E SISTEMA.....</b>	<b>208</b>
RESERVA COM TRANSFERÊNCIA.....	208
TABELA DE ITENS DE DESPESA.....	208
ALTERAÇÕES NO PLANO DE RUBRICAS DE RECEITAS .....	208
MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS - MSC.....	209
IMPLANTAÇÕES DO SISTEMA SOF - CÂMARA MUNICIPAL E TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO .....	209
TREINAMENTO RELATIVO AOS FUNDOS MUNICIPAIS.....	210
RECONHECIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE REEMBOLSO – DESPESAS FUNERÁRIAS DE DOADORES DE ÓRGÃOS .....	210
<b>4 DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>210</b>

# 1. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

## 1.1 Introdução

A Prefeitura de São Paulo é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 46.395.000/0001-39, com sede administrativa localizada no Palácio do Anhangabaú, no endereço: Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo - SP.

As atividades operacionais do Município são amparadas pela lei Municipal nº 16.608 de 29 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2017.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Comunicações, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As Demonstrações Contábeis da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Poderes: Executivo compreendendo os Órgãos da Administração Direta e Indireta e Legislativo, compreendendo a Câmara Municipal, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e seus respectivos Fundos.

As demonstrações deste Relatório Técnico são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Todas as demonstrações contábeis referem-se ao exercício financeiro de 2017, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

## **1.2 Cisões, Fusões, Incorporações, Transformações, Liquidações.**

No exercício de 2017 não houve quaisquer operações de Cisão, Fusão, Incorporação e Liquidação envolvendo as empresas municipais dependentes e independentes.

## **1.3 Base de Preparação**

A Prefeitura do Município de São Paulo vem implementando ações para convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público fundamentadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e também nos prazos de obrigatoriedade para registros contábeis apresentados no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, anexo à Portaria STN nº 548/2015. Visando implantação dos PCP, foram criados Grupos de Trabalho (GT), para estudos e discussões, com o intuito de atender a referida Portaria e melhorar os procedimentos internos e/ou sistemas, contribuindo para a transparência das informações e eficiência desta Municipalidade.

As ações realizadas para melhoria de procedimentos internos estão apresentadas no item 3 - Ações de Melhoria nos Processos e Sistema. A seguir apresentação do Cronograma dos Procedimentos Contábeis desta Prefeitura e respectivos detalhes das ações que se encontram em implementação e em estudo, conforme quadro abaixo:



PCP - Portaria STN 548/2015- Ordem cronológica para municípios com mais de 50 mil habitantes	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio Atual de Implantação - PMSP
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	Implementado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	Implementado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	Em estudo
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	Em implementação
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)	31/12/2017	01/01/2018	Em implementação
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2019	01/01/2020	Em implementação
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	Implementado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	Em implementação
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	Em estudo
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	Em implementação
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado

## Item 1- Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições

Para a adoção do regime de competência no reconhecimento do Crédito Tributário, temos a informar que a Secretaria Municipal da Fazenda por meio da Subsecretaria da Receita - SUREM está desenvolvendo o projeto BDM (Base de dados dos Débitos Municipais) que será responsável pela renovação dos sistemas de arrecadação tributária com início e implementação pelo IPTU, especificamente no que se refere à arrecadação, débito automático, parcelamentos administrativos, inscrição em dívida e controle e gerenciamento das suspensões de exigibilidade, dentre outras funções, bem como a contabilização dos eventos patrimoniais.

Considerando a amplitude do escopo do projeto, inclusive nos aspectos concernentes à interdependência com outros projetos, a saber, Novo IPTU, CertDUC1 e Novo ATM2,

havia a previsão de implantação conjunta destes sistemas, o que inclui o BDM sem as funcionalidades de contabilização dos eventos patrimoniais, para o primeiro semestre de 2017, com vistas a evitar transtornos no universo de cerca de 3,3 milhões de novos lançamentos imobiliários/ano e no legado relativo aos últimos 5 anos.

Atualmente, a contabilização por competência dos créditos a receber está prevista no escopo pós-produção do BDM, onde, no momento, a área de Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTEC está com esforços voltados aos de ajustes com vistas a reproduzir/sincronizar os quadros contábeis hoje existentes.

Por ser relativo ao escopo pós-produção e por depender de um levantamento de requisitos específico (listagem de eventos e respectivo detalhamento de sua operacionalização contábil junto ao SOF), a área responsável ainda não confeccionou um cronograma para a contabilização de crédito tributário por competência.

**Item 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.**

Em 05/09/2017 iniciou-se discussão para o atendimento do prazo da Portaria STN 548/2015 relativo à contabilização por competência dos demais créditos a receber.

Considerando que as multas de trânsito do Município de São Paulo, são os créditos não tributários de maior volume e relevância, foi decidido iniciar os trabalhos para contabilização deste crédito e expandi-los aos demais, com expectativa de futura implementação das multas aplicadas pelas prefeituras regionais.

Considerando que as informações das multas de Trânsito são geradas e controladas por um sistema denominado APAIT (sistema de responsabilidade da Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade) e que não possui integração com o sistema contábil SOF, o estágio deste trabalho encontra-se no estudo e avaliação das informações que o sistema APAIT disponibiliza e como poderemos implantar e utilizar tais informações através do sistema contábil SOF, conforme ofícios e e-mails emitidos e recebidos.

**Item 7- Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação Bens Móveis e Imóveis**

Os Bens Imóveis, mais especificamente os bens de uso especial e os bens dominicais da administração direta, Poder Executivo, são gerenciados pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio (CGPATRI) da Secretaria Municipal de Gestão (SMG). Não ocorreram reajustes e incorporações neste ano porque CGPATRI não informou em tempo hábil para a publicação do Balanço.

Está em fase desenvolvimento, em conjunto com a empresa CAST GROUP, sistema de controle de Bens Imóveis, com base no já existente Sistema de Bens Patrimoniais Móveis – SBPM. A ideia é que este sistema faça a integração entre todos os órgãos da PMSF e confira mais transparência aos munícipes.

A Administração Pública Direta, Poder Executivo, começou a efetuar os procedimentos de depreciação para bens móveis, a partir do exercício contábil de 2015, mais precisamente no mês de dezembro, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida, com a publicação da Portaria SF 262/2015. Nas demais entidades, em sua maioria, observa-se que os procedimentos ainda não foram adotados.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado menos o seu valor residual, quando existir, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes.

#### **Item 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.)**

A Prefeitura e CMSP reconhecem as obrigações decorrentes de benefícios a empregados por competência. As demais, entidades, porém, ainda não adotaram tal procedimento.

#### **Item 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência**

O tema em questão está em estudo para o seu desenvolvimento entre as áreas envolvidas: as Divisões de Gerenciamento do Sistema de Execução Orçamentária - DISEO e de Contabilidade - DICON, em conjunto com o Departamento de Administração Financeira - DEFIN e PRODAM, com objetivo de efetuar as modificações necessárias no sistema SOF.

No entanto, em virtude da adequação do sistema SOF para a migração dos dados orçamentários, financeiros e contábeis dos órgãos do Poder Legislativo, bem como a implantação da Matriz de Saldos Contábeis – MSC com vigência a partir de 2018, os trabalhos sofreram postergação e serão retomados em 2018.

#### **Item 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável**

Está em fase de implementação no SBPM, os bens do município, assim será possível efetuar a contabilização e também utilizá-lo como ferramenta de controle dos bens intangíveis.

## **1.4 Providências Sobre as Recomendações do Tribunal de Contas do Município**

Objetivando atender as determinações do Tribunal de Contas do Município de São Paulo conforme Relatório Anual de Fiscalização, foram instituídos em 2016, diversos Grupos de Trabalho (GT) e outras providências conforme seguem:

### **GT – Folha de Pagamento**

Constituído por meio da Portaria Intersecretarial SF/SMG nº 03/2016, publicado em 10 de setembro de 2016, o Grupo de Trabalho foi criado para realizar estudos e revisão dos procedimentos contábeis que envolvem a sistemática da folha de pagamento, cujo objetivo é definir nova rotina de contabilização e conciliação em conformidade aos princípios contábeis e demais normas aplicáveis.

### **GT - Sequestro Valores Precatórios**

Considerando os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria Intersecretarial SF/PGM nº 09/2016, em 11 de janeiro de 2016, que tem como objetivo estudar e normatizar os procedimentos contábeis referentes aos valores sequestrados relacionados aos precatórios devidos por esta Municipalidade, previstos nos sucessivos decretos de execução orçamentária, esta Prefeitura do Município de São Paulo, em função de inadimplência junto aos credores de precatórios entre 2004 e 2010, por ordem da justiça, teve valores sequestrados de suas contas bancárias. O montante de valores sequestrados é de R\$ 1,1 bilhão, sendo que, R\$ 970.143.930,68 registrados em conta dedutora do passivo e o restante em conta do ativo intitulada de Retenções Judiciais.

Sabendo-se que a maioria dos casos de sequestrados encontram-se juridicamente resolvidos, o primeiro procedimento a ser tomado por conclusão alcançada pelo grupo de Trabalho, foi a baixa dos valores registrados em conta do passivo para a conta de Ajustes de Exercício Anteriores, lançamento contábil nº 10105439 de 29/12/2017, conforme instruções juntadas no Processo Administrativo nº 2017-0.007.547-7.

Os valores registrados em conta do Ativo ainda estão em estudo, pois a sua composição não é definida apenas por sequestros, mas também por outras retenções judiciais. Desta forma, o escopo do Grupo de Trabalho foi ampliado de modo a abranger também as retenções judiciais contidas no ativo.

## **Registro de valores de precatórios do IPREM e SFMSP, pagos pela PMSP**

O critério estabelecido anteriormente teve sua aplicação prejudicada, assim, foram iniciados estudos e levantamentos na PMSP, IPREM e SFMSP para definição de nova rotina de contabilização, conforme processos SEI 6017.2017/0028374-9 e 6017.2017/0028334-0.

## **Novas Fontes de recursos**

No exercício de 2017, foram criadas novas fontes de recursos: 10 - Alienação de Bens/Ativos, 11 - Depósitos Judiciais e 12 - Recursos Extraorçamentários, para utilização a partir do exercício de 2018, conforme Processo SEI nº 6017.2017/0030180-1.

No tocante a elaboração dos demonstrativos da LRF os quais necessitam da abertura da Fonte/Vinculação de Recursos, cabe destacar que com a criação da fonte (10) e as respectivas vinculações, atenderá a elaboração do Anexo 11 – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, conforme dispõe o MDF 8ª edição, Portaria STN nº 495, de 06 de junho de 2017, bem como os apontamentos do TCMSP.

Quanto ao Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, de acordo com o que dispõe o MDF 8ª edição, Portaria STN nº 495, de 06 de junho de 2017, há necessidade de identificação individualizada dos recursos vinculados e não vinculados, porém a criação das novas fontes não contempla todas as informações necessárias a elaboração do referido Anexo, dessa forma a elaboração continuará prejudicada, bem como o atendimento aos apontamentos do TCMSP.

## **Fechamentos Contábeis**

Atendendo ao disposto nos artigos 2º, 7º e 8º do Decreto nº 56.313/2015 e às recomendações do TCM, foi publicada em 07 de outubro de 2016 a Portaria SF nº 266, que dispõe sobre os Fechamentos Contábeis mensais/anuais e institui o Cronograma de Atividades e Prazos, a serem observados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, cujo objetivo, é o fechamento contábil tempestivo, cumprindo-se os prazos legais.

A Secretaria do Tesouro Nacional publicou a Portaria STN nº 896, de 31 de outubro de 2017, que estabelece regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes da Federação, instituindo a obrigatoriedade do envio mensal da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, com prazo de até 30 dias após o término do mês de referência.

Com isso, a pretensão é de que os prazos para os fechamentos contábeis e respectivas disponibilizações públicas e a STN, a partir do exercício de 2018 sejam cumpridos pela Administração Direta e Indireta.

## 2 Composição e Informações Relevantes das Demonstrações Contábeis

### 2.1 Balanço Patrimonial

#### Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Neste subgrupo destacam-se as “Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata”, no valor de R\$6.659.403.423,21, representando 96,6% do valor total. As aplicações são realizadas em instituições financeiras oficiais, conforme políticas estabelecidas na Portaria SF 87/2012.

#### Nota 2 – Créditos a Curto Prazo

Os “Créditos a Curto Prazo” aumentaram 27,7% em 2017, se comparado ao ano anterior e representam 3,2% do total do Ativo e 32,1% do total do Ativo Circulante.

**Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** - neste grupo, o valor mais significativo aqui registrado refere-se ao Fundo de Reserva dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 2.728.851.923,26, estabelecido conforme Lei Complementar nº 151/2015, os quais representam 81,7% dos “Créditos a Curto Prazo”. Conforme disposto na Lei Complementar nº 151/2015, fica autorizada a utilização, pelos entes da Federação, de até 70% (setenta por cento) do valor depositado; os 30% (trinta por cento) restantes na conta judicial ficam instituídos como reserva, aguardando o desfecho da ação. O Município de São Paulo instituiu o fundo de reserva pela Lei Municipal nº 15.406/2011, que foi regulamentada pelo Decreto nº 52.488/2011.

**Outros Créditos a Receber a Curto Prazo** - O grupo representa 10,4% dos créditos a receber e corresponde, em sua maioria, a débitos de servidores municipais decorrentes de pagamentos indevidos, multas de trânsito, danos materiais, honorários advocatícios, indenização a terceiros e encargos de processos judiciais.

	em R\$			
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Débitos de Servidores Municipais	207.009.230,23	208.015.246,32	-0,5%	58,5%
Débitos Pagos a Regularizar	67.655.091,08	-	100,0%	19,1%
Demais Créditos a Receber	79.192.377,96	66.362.825,75	19,3%	22,4%
<b>Total</b>	<b>353.856.699,27</b>	<b>274.378.072,07</b>	<b>29,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- Os valores relativos às Inscrições de Débito programados para desconto em Folha de Pagamento estão condicionados a autorização e limitados às parcelas de 10% do valor de remuneração mensal do servidor, fundamentado pela Lei Municipal nº 8.989/79. Até a data do encerramento do balanço não foi possível apurar os valores a recuperar à longo prazo. Não há estimativa disponível para dedução de perdas prováveis.

Em 2017 houve uma reclassificação para melhor enquadramento ao PCASP do saldo da conta 1.1.9.8.1.99.02 – Débitos Pagos a Regularizar (pertencente ao grupo Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente) para a conta Débitos Pagos a Regularizar do grupo Outros Créditos a Receber a Curto Prazo. A principal composição desta conta refere-se ao registro de valores devolvidos à União, pendentes de regularização orçamentária, apresentados a seguir:

em R\$	
Débitos Pagos a Regularizar - por Secretaria	Valores a regularizar em 2017
Habitação	46.688.026,54
Serviços e Obras	6.425.562,27
<b>Total</b>	<b>53.113.588,81</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

**Créditos de Transferências a Receber** - neste grupo foram registrados recursos do Tesouro Municipal utilizados, a título de adiantamento no valor de R\$ 82.774.382,07, para pagamento de despesas realizadas com empreendimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a serem ressarcidos pela União e Governo do Estado de São Paulo.

em R\$		
Empreendimentos <sup>1</sup> - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Valores a serem ressarcidos em 2017	Valores a serem ressarcidos em 2016
Canalização do Córrego Ponte Baixa	8.983.915,07	15.458.432,01
Autódromo José Carlos Pace	17.382.139,97	34.605.590,65
Terminal Itaquera	-	4.903.081,45
Corredor Leste Itaquera 2	-	6.450.369,23
Fábrica do Samba	4.804.622,92	9.108.683,01
Corredor Capão Redondo Campo Limpo Vila Sônia	1.128.154,77	1.176.253,14
Leste Itaquera Trecho 1	-	15.534.018,62
Corredor Leste Radial Trechos 1 e 2	14.848.229,52	14.848.229,52
Hospital de Parelheiros (PAC Mananciais)	35.401.947,42	1.134.342,50
Corredor Aricanduva	225.372,40	225.372,40
<b>Total</b>	<b>82.774.382,07</b>	<b>103.444.372,53</b>

Fonte: Planilha de acompanhamento de recursos de Convênios - SF/SUTEM/DEDIP/DIGEC

Nota 1: O empreendimento Hospital de Parelheiros é financiado com recursos do PAC, por meio de Termo de Repasse em que o Governo do Estado de São Paulo figura como contratado e o Município, como interveniente executor; nos demais empreendimentos, os Termos de Compromisso são firmados entre Governo Federal e Município.

### Nota 3 – VPD Pagas Antecipadamente

No exercício anterior, quase que a totalidade do grupo era representada por valores devolvidos à União e pendentes de regularização orçamentária. Porém, em 2017 houve uma redução de 98,9% no saldo do grupo, em virtude da reclassificação para melhor enquadramento ao PCASP do saldo da conta 1.1.9.8.1.99.02 – Débitos Pagos a Regularizar para a conta com a mesma denominação, localizada no grupo Outros Créditos a Receber a Curto Prazo, referente aos valores devolvidos à União, pendentes de regularização orçamentária:

em R\$			
VPD Pagas Antecipadamente	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %
Débitos Pagos a Regularizar	0,00	42.963.236,46	-100,0%
Demais VPD Pagas Antecipadamente	468.772,10	242.129,43	93,6%
<b>Total</b>	<b>468.772,10</b>	<b>43.205.365,89</b>	<b>-98,9%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

### Nota 4 – Créditos a Longo Prazo

Os “Créditos a Longo Prazo” aumentaram 5,3% em 2017, se comparado ao ano anterior e representam 61,3% do total do Ativo e 68,2% do total do Ativo Não Circulante.

**Dívida Ativa** - os grupos “Dívida Ativa Tributária” e “Dívida Ativa Não Tributária”, com seus respectivos ajustes, representam, aproximadamente, 97% dos créditos de longo prazo e 59% do Ativo total.

Entidades como IPREM, SFMSP, AHM, COHAB e FMH possuem valores inscritos em dívida ativa tributária e/ou não tributária, contudo, estas representam parcela irrisória quando comparada com o montante da dívida ativa do Município.

A partir do exercício de 2016 a Prefeitura adotou nova metodologia de apuração do ajuste da dívida ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT instituído em 2014 (Portaria Conjunta SF/SNJ nº 1/2014). A revisão da metodologia anterior, que foi utilizada até 2015, decorreu de apontamentos do Tribunal de Contas do Município sobre a necessidade de mensurar a real expectativa de recebimento dos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme preceituam as boas práticas contábeis.

O valor do ajuste mensal é baseado em cálculo aplicado por meio de método probabilístico de regressão logística, que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança.



Na tabela que segue, é possível visualizar as variações da Dívida Ativa Tributária e não Tributária em termos monetários e percentuais entre os exercícios de 2016 e de 2017:

em R\$

Dívida Ativa	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
<b>Tributária</b>	<b>53.774.021.634,6</b>	<b>50.391.455.364,1</b>	<b>6,7%</b>	<b>86,0%</b>
Dívida Ativa	93.374.899.760,6	86.044.304.678,1	8,5%	149,3%
Ajuste de Perdas	(39.600.878.126,0)	(35.652.849.314,0)	11,1%	-63,3%
<b>Não Tributária</b>	<b>8.774.419.126,2</b>	<b>7.938.914.033,3</b>	<b>10,5%</b>	<b>14,0%</b>
Dívida Ativa	11.574.723.628,1	10.414.809.329,2	11,1%	18,5%
Ajuste de Perdas	(2.800.304.501,9)	(2.475.895.295,9)	13,1%	-4,5%
<b>Total</b>	<b>62.548.440.760,8</b>	<b>58.330.369.397,5</b>	<b>7,2%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Nota 5 – Investimentos

Os “Investimentos” diminuíram 0,5% em 2017, se comparado ao ano anterior e representam 8,5% do total do Ativo e 9,4% do total do Ativo Não Circulante.

**Participações Permanentes** – o critério para realização do MEP do exercício de 2017 consistiu na utilização dos Balancetes das empresas controladas referentes a novembro<sup>1</sup> de 2017, excluído o AFAC do PL das empresas e não incluindo estes como investimento na PMSP, ocasionando resultado equânime, tanto na controladora como na coligada.

Para as controladas com Patrimônio Líquido negativo, caso das empresas CET e SPTrans, a atualização dos valores foi contabilizada na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante.

Segue abaixo quadro do cálculo do MEP no exercício de 2017:

<sup>1</sup> Atendendo ao exposto na IPSAS 7 – IN 13.

## MEP - Empresas com PL positivo

em R\$

Empresa Investida	Posição em 31/12/2016 sem AFAC	Investimentos Realizados	Ajuste MEP 2016	Distribuição Dividendos	Ajuste MEP 2017 sem AFAC	Saldo Final
COHAB	992.584.714,36	-	43.964.351,97	-	12.264.458,43	1.048.813.524,76
PRODAM	137.454.538,25	-	(6.920.389,21)	-	(6.317.219,77)	124.216.929,27
SPDA	195.887.323,14	-	1.689.311,02	-	27.755.995,06	225.332.629,22
SP PARCERIAS	2.188.009,04	-	-	(54.764,38)	1.469.319,41	3.602.564,07
SP OBRAS	28.436.885,04	-	2.782.529,36	(9.911.000,00)	(7.953.807,63)	13.354.606,77
SP SEC	612.987,64	-	(69.911,96)	-	(398.501,51)	144.574,18
SP TURIS	116.418.641,27	-	(70.423.412,35)	-	(26.023.348,39)	19.971.880,52
SP URBANISMO	175.273.313,49	-	6.669.814,80	-	2.875.619,14	184.818.747,43
SPCINE	22.195.464,00	-	(901.077,00)	-	(2.528.209,00)	18.766.178,00
<b>Total</b>	<b>1.671.051.876,24</b>	<b>-</b>	<b>(23.208.783,37)</b>	<b>(9.965.764,38)</b>	<b>1.144.305,73</b>	<b>1.639.021.634,22</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## MEP - Empresas com PL negativo

em R\$

Empresa Investida	Posição em 31/12/2016 sem AFAC	Investimentos Realizados	Ajuste MEP 2016	Distribuição Dividendos	Ajuste MEP 2017 sem AFAC	Saldo Final
CET	(158.996.969,27)	-	3.959.453,62	-	(16.571.327,16)	(171.608.842,81)
SP TRANS	(200.202.013,45)	-	20.185.096,98	-	21.992.124,31	(158.024.792,15)
<b>Total</b>	<b>(359.198.982,71)</b>	<b>-</b>	<b>24.144.550,60</b>	<b>-</b>	<b>5.420.797,15</b>	<b>(329.633.634,96)</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se no quadro “MEP – Empresas com PL positivo”, os investimentos em coligadas no exercício de 2017 importam no valor de R\$ 1.637.877.328,49, considerando o saldo final de 2016 e a movimentação ocorrida no exercício de 2017 antes da aplicação do MEP. Após aplicado o MEP, os investimentos totalizaram R\$ 1.639.021.634,22; acréscimo de R\$ 1.144.305,73, equivalente a cerca de 0,07%.

Em 2017 houve adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 57.820.971,00, onde ocorreu a integralização de R\$ 7.489.514,00 da empresa São Paulo Transporte S/A, porém não constou como “Investimentos Realizados” no quadro do MEP, em razão da empresa possuir PL negativo e o mesmo foi deduzido da conta de Passivo a Longo Prazo - Provisões para Perdas em Investimento. Cabe ressaltar que os demais AFAC’s encontram-se pendentes de integralização de capital.

Ademais, houve o lançamento de ajuste no AFAC da empresa SPDA no valor de R\$ 1.539.832,90, referente a valor residual da Carteira de Crédito Imobiliário.

em R\$

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Saldo em 2016	Valor Adiantado	Valor Integralizado	Saldo em 2017
São Paulo Turismo S/A	6.000.000,00	41.770.000,00	-	47.770.000,00
São Paulo Transporte S/A	6.024.262,41	3.050.971,00	7.489.514,00	1.585.719,41
SP - Urbanismo	36.049.735,14	13.000.000,00	-	49.049.735,14
<b>Sub-Total</b>	<b>48.073.997,55</b>	<b>57.820.971,00</b>	<b>7.489.514,00</b>	<b>98.405.454,55</b>
Companhia São Paulo de Desenv. e Mobilização de Ativos - SPDA	22.824.520,10	1.539.832,90	-	24.364.353,00
<b>Total</b>	<b>70.898.517,65</b>	<b>59.360.803,90</b>	<b>7.489.514,00</b>	<b>122.769.807,55</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O PL negativo das empresas CET e SPTrans constitui Provisão no Passivo da Prefeitura, sendo que, no exercício de 2017, apresentou o montante de R\$ 329.633.634,96: CET no valor de R\$ 171.608.842,81 (aumento de R\$ 16.571.327,16 em relação a 2016 ajustado) e SPTrans no valor de R\$ 158.024.792,15 (redução de R\$ 21.992.124,31 em relação a 2016 ajustado), como podemos observar no quadro “MEP – Empresas com PL negativo”.

## Nota 6 – Imobilizado

O “Imobilizado” aumentou 0,2% em 2017, se comparado ao ano anterior e representa 19,8% do total do Ativo e 22% do total do Ativo Não Circulante.

**Bens Imóveis** – Atualmente, o valor dos bens imóveis especiais e dominicais da Prefeitura, que representam, aproximadamente, 99% do total dos bens imóveis do Município, não ocorreu reajuste e incorporação neste ano porque a área de Coordenadoria de Gestão do Patrimônio – CGPATRI da Secretaria Municipal de Gestão – SMG não informou em tempo hábil os dados para a publicação do balanço.

Teve início no exercício de 2016, estudos para implantação de Sistema de Controle de Bens Imóveis, tomando como modelo o atual Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM. Em 2017 começou o processo de implementação do Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, através da contratação da empresa CAST GROUP, com o objetivo de tornar todos os órgãos do Município integrados e o controle conferirá maior transparência aos valores deste relevante item do Patrimônio Público.

## Nota 7 – Intangível

Devido a necessidade de controlar os ativos intangíveis, o Município vem realizando estudos para viabilizar a implantação da contabilização e controle desse tipo de ativo.

Atualmente o valor evidenciado no Balanço Patrimonial no grupo de ativos intangíveis reflete, quantitativamente, os bens intangíveis da Câmara Municipal de São Paulo – CMSP, que desde 2014 registra em seus ativos os bens que atendem a essa classificação, e também os intangíveis da COHAB.

Intangível	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	em R\$	
				% s/ Total	% Total
Softwares	40.193.216,81	51.566.142,71	-22,1%	100,0%	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	239,50	239,50	0,0%	0,0%	
<b>Total</b>	<b>40.193.456,31</b>	<b>51.566.382,21</b>	<b>-22,1%</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

As “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais” de curto prazo apresentaram uma redução de 26,6% em comparação ao ano anterior. Porém, no longo

prazo houve um pequeno aumento de 1,9% se comparado ao exercício anterior. A totalidade deste grupo, somando-se o curto e o longo prazo, representa 13,2% do Passivo Total.

Nestes grupos estão registrados os valores referentes a Precatórios, segregados em circulante e não circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade, os quais representam no exercício de 2017 mais de 90% dos totais dos grupos (CP e LP), conforme demonstrado a seguir:

em R\$

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
<b>Pessoal a Pagar</b>	<b>1.320.260.199,10</b>	<b>98,6%</b>	<b>11.816.684.663,09</b>	<b>93,8%</b>
Apropriação por Competência - Férias a Pagar	25.212.649,88	1,9%	-	0,0%
Demais Contas de Pessoal a Pagar	561.756,98	0,0%	-	0,0%
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	1.282.092.666,09	95,7%	11.816.289.405,15	93,8%
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	10.257.000,00	0,8%	395.257,94	0,0%
Sentenças Judiciais - Exceto Precatórios	2.136.126,15	0,2%	-	0,0%
<b>Benefícios Previdenciários e Encargos Sociais</b>	<b>18.745.126,09</b>	<b>1,4%</b>	<b>776.352.545,56</b>	<b>6,2%</b>
Compensação Financeira entre Regimes Previd.	383.570,37	0,0%	-	0,0%
Demais Benefícios Previdenciários	927,44	0,0%	-	0,0%
Contribuição ao RPPS	2.239.874,33	0,2%	-	0,0%
Contribuição ao RGPS	15.587.950,91	1,2%	-	0,0%
Contribuição ao FGTS	532.803,04	0,0%	-	0,0%
Precatórios de Benefícios Previdenciários	-	0,0%	727.187.286,35	5,8%
INSS - Débito Parcelado	-	0,0%	49.165.259,21	0,4%
<b>Total</b>	<b>1.339.005.325,19</b>	<b>100,0%</b>	<b>12.593.037.208,65</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2017, destacamos as seguintes movimentações no grupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais”:

- Houve migração dos débitos do parcelamento de INSS junto à Receita Federal do Brasil, sob a égide da Lei 11960/2009, para o parcelamento instituído pela Medida Provisória 778/2017, convertida na Lei Federal 13485/2017, a qual resultou em uma redução dos saldos no valor de R\$ 24.322.411,21, mesmo após a inclusão de um novo débito no valor de R\$ 1.347.569,56, já considerando os benefícios da MP. (Instrução do Parcelamento no Processo SEI 6017.2017/0026967-3);
- Houve migração dos débitos do parcelamento de INSS junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sob a égide das Leis 11941/2009 e 12865/2013, para o parcelamento instituído pela Medida Provisória 778/2017, convertida na Lei Federal 13485/2017, a qual resultou em uma redução dos saldos no valor de R\$ 137.755,43, considerando os benefícios da MP. (Instrução ao Parcelamento nos Processos SEI 6017.2017/0026967-3 e 6017.2017/0008771-2).

## Nota 9 – Empréstimos e Financiamentos

No grupo “Empréstimos e Financiamentos”, de curto e longo prazo, está demonstrada grande parcela dos valores que compõem o Passivo total (passivo somado ao patrimônio líquido), correspondendo à 27%, aproximadamente.

Em 2017, os “Empréstimos e Financiamentos” de curto prazo apresentaram um aumento de 3% em relação ao ano anterior, porém no longo prazo houve uma redução de 5,6% na comparação de 2016 a 2017.

No exercício de 2017, destacamos a seguinte movimentação no grupo “Empréstimos e Financiamentos”:

- Desincorporação de saldo devedor no valor de R\$ 949.465.223,76 do contrato da COHAB (Reestruturação da Dívida do Município) registrada como "Outros Empréstimos Bancários/Banco do Brasil (Lei Fed. 8727/93, Lei Mun. 11494/94), em virtude de amortização extraordinária efetuada com a utilização dos títulos do FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais) vinculados ao abatimento da referida dívida, em abril/2017.

## Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 2017, os “Fornecedores e Contas a Pagar” de curto prazo apresentaram uma redução de 58,1% em relação ao ano anterior, em função da reclassificação de contas de do curto para o longo prazo em atendimento ao estabelecido no PCASP 2017, referentes a Precatórios, detalhadas a seguir:

				em R\$
Precatórios de Contas a Pagar (Reclassificação de Contas)				Valor
DE:		PARA:		
CURTO PRAZO		LONGO PRAZO		
2.1.3.1.1.04.01.02.000	DO EXERCICIO - JUD	2.2.3.1.1.06.02.02.000	Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - JUD	50.540.790,35
2.1.3.1.1.04.02.04.000	ANTES DE 05/05/2000 - FISC	2.2.3.1.1.06.01.04.000	Regime Especial - Antes 05/05/2000 - FISC	50.183.239,43
2.1.3.1.1.04.03.04.000	A PARTIR DE 05/05/2000 - FISC	2.2.3.1.1.06.02.04.000	Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - FISC	662.257.240,07
<b>Total</b>				<b>762.981.269,85</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as contas de maior representatividade são: “Fornecedores Nacionais” no curto prazo equivalente a 71,7% do grupo e “Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais” no longo prazo equivalente a 97,7% do grupo, conforme tabela a seguir:

em R\$

Fornecedores e Contas a Pagar	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
Fornecedores Nacionais	342.505.736,82	71,7%	104.757.601,52	2,3%
Precatórios de Fornecedores Nacionais	-	0,0%	-	0,0%
Contas a Pagar - Credores Nacionais	64.273.297,73	13,5%	-	0,0%
Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais	68.449.801,57	14,3%	4.524.069.519,59	97,7%
Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud. - Exceto Precat	2.535.258,12	0,5%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>477.764.094,24</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.628.827.121,11</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Nota 11 – Obrigações Fiscais

Em 2017, as “Obrigações Fiscais” de curto prazo apresentaram uma redução de 50,4% em relação ao ano anterior. Esta redução ocorreu na empresa COHAB, em função da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), do Governo Federal, referente ao parcelamento de débitos da COFINS, abaixo detalhada:

- A COHAB aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com base na Medida Provisória 783/2017, artigo 3º, II, B, referente a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS do período de 08/2001 a 01/2002, inscritos em dívida ativa e decisão judicial desfavorável à COHAB no exercício de 2017, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

Descrição	Valores
<b>Dívida Consolidada em 08/2017</b>	<b>26.854.548,79</b>
Adesão ao PERT, com base no artigo art. 3º, II, b da MP 783/2017, com posterior migração nos termos da Lei 13.496/2017	
Entrada - 20% da dívida consolidada em 5 parcelas	5.370.909,76
Redução de multas, juros e encargos	(13.574.571,98)
Saldo em 145 parcelas	7.909.067,05
<b>Total do Parcelamento</b>	<b>13.279.976,81</b>

Fonte: COHAB

## Nota 12 – Provisões

É o grupo mais expressivo do passivo (aproximadamente 139% do total do passivo), sendo que 99,4% dele representam provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, no qual apresentaram um aumento de 27,9% em relação ao ano anterior. Este aumento ocorreu na empresa IPREM, em virtude da atualização referente ao resultado da avaliação atuarial (Déficit Atuarial).

Com o objetivo de demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo, a Portaria nº 916/2013 do Ministério da Previdência regulamentou uma forma de reconhecer e controlar o passivo atuarial por meio de registro de reservas matemáticas previdenciárias. Esse cálculo consiste em provisionar valores que representam o total dos recursos necessários ao

pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

em R\$

Provisões	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
Provisões para Riscos Trabalhistas	-	0,0%	7.675.109,16	0,0%
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	0,0%	145.949.250.557,72	99,4%
Outras Provisões	118.238.111,72	100,0%	804.768.570,97	0,5%
<b>Total</b>	<b>118.238.111,72</b>	<b>100,0%</b>	<b>146.761.694.237,85</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Encontra-se registrado no grupo “Outras Provisões” os valores correspondentes aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento - CID, instituídos pela Lei 15.413 de 20/07/2011, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 52.871 de 22/12/2011. Os CID têm validade de 10 anos e poderão ser utilizados pelo investidor ou pelo terceiro adquirente dos certificados para pagamento de IPTU e ISS, exceto ISS retido na fonte.

Em 2017, os CID’s representam 42,3% do total do grupo no longo prazo e no curto prazo correspondem a totalidade do grupo, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

Outras Provisões	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
PMSP - Perda em Investimentos - MEP	-	0,0%	329.633.634,96	41,0%
PMSP - CID	118.238.111,72	100,0%	340.487.626,67	42,3%
COHAB - Processos Diversos	-	0,0%	134.647.309,34	16,7%
<b>Total</b>	<b>118.238.111,72</b>	<b>100,0%</b>	<b>804.768.570,97</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

### Nota 13 – Demais Obrigações

Em 2017, o grupo “Demais Obrigações” representa 45,6% do total do Passivo Circulante e 3,3% do total do Passivo Não Circulante, com destaque para os itens abaixo:

**Parcela Repassada dos 70% dos Depósitos Judiciais** – No curto prazo observa-se uma redução de 56,8% no total do grupo, em relação ao ano anterior, em razão da reclassificação contábil ocorrida, de Curto para Longo Prazo, da parcela dos 70% dos Depósitos Judiciais, reclassificação esta realizada após apontamentos do Tribunal de Contas e do amadurecimento da pauta ocorrido entre o TCMSP e os técnicos da Fazenda.

**Sequestros Judiciais** – Na análise do longo prazo, temos a informar que a Prefeitura do Município de São Paulo, em função de inadimplência junto aos credores de precatórios entre 2004 e 2010, por ordem da justiça, teve valores sequestrados de suas contas bancárias. O montante de valores sequestrados é de R\$ 1,1 bilhão, sendo que, R\$ 970.143.930,68 estão registrados em conta dedutora do passivo e o restante em conta do ativo intitulada de Retenções Judiciais.

Sabendo-se que a maioria dos casos de sequestrados encontram-se juridicamente resolvidos, em dezembro de 2016 foi instituído pela Portaria Intersecretarial SF/PGM/SMG nº 09/2016 o Grupo de Trabalho para estudos e proposição de procedimentos referentes aos valores sequestrados em contas bancárias de titularidade da PMSP, em atendimento ao disposto no art. 30 do Decreto de Execução nº 56.779/2016.

O primeiro procedimento a ser tomado por conclusão alcançada pelo grupo foi a baixa dos valores registrados em conta do passivo, a saber:

Sequestros Judiciais (Lançamento Contábil)		Valor
<b>DE:</b>	<b>PARA:</b>	
<b>Crédito:</b> 2.2.8.9.1.99.04.01.000- Sequestros Judiciais	<b>Débito:</b> 2.3.7.1.1.03.00.00.000 - Ajustes de Exercícios Anteriores	970.143.930,68

em R\$

**Hist.:** Lançamento de ajuste – valor baixado - decorrente das conclusões alcançadas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Intersecretarial SF/PGM/SMG nº 09/2016 com instruções juntadas no Processo Administrativo 2017-0.007.547-7, que dispõe sobre estudo e proposição de procedimentos referentes aos valores sequestrados e bloqueios judiciais realizados em contas bancárias de titularidade da PMSP.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Cabe observar que os valores registrados em conta do Ativo ainda estão em estudo, pois a sua composição não é definida apenas por sequestros, mas também por outras retenções judiciais. Desta forma, o escopo do Grupo de Trabalho foi ampliado de modo a abranger também as retenções judiciais contidas no ativo.

Segregando a análise deste grupo, segue o quadro abaixo:

Demais Obrigações	Exercício 2017		em R\$	
	Curto Prazo	%s/ Total CP	Longo Prazo	%s/ Total LP
Adiantamentos de Clientes	54.777.024,20	1,6%	-	0,0%
Valores Restituíveis	3.317.654.871,52	97,6%	6.502.560.712,54	100,0%
Depósitos Judiciais	2.785.200.380,73	82,0%	6.498.800.887,51	99,9%
Demais Obrigações	532.454.490,79	15,7%	3.759.825,03	0,1%
Outras Obrigações	26.101.615,33	0,8%	1.081.067,26	0,0%
<b>Total</b>	<b>3.398.533.511,05</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.503.641.779,80</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que a maior representatividade das “Demais Obrigações” está nos depósitos judiciais, tanto no curto prazo com 82% quanto no longo prazo com 99,9% do total, e correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015, sendo que 30% dos depósitos judiciais constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município.

Os depósitos judiciais são valores relacionados a ações judiciais em andamento, nas quais o Município seja parte, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.



Conforme disposto na Lei Complementar nº 151/2015, fica autorizada a utilização, pelos entes da Federação, de até 70% do valor depositado; os 30% restantes na conta judicial ficam instituídos como reserva, aguardando o desfecho da ação. O Município de São Paulo instituiu o fundo de reserva pela Lei Municipal nº 15.406/2011, que foi regulamentada pelo Decreto nº 52.488/2011.

Dentro de “Valores Restituíveis – Demais Obrigações” estão contemplados valores referentes a Créditos de Levantamentos Judiciais no valor de R\$ 67,9 milhões, que somente serão reconhecidos como Receita Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 29/02/2016.

**Valores Restituíveis do Programa Nota Fiscal Paulistana** – No mês de dezembro de 2017 observou-se que o saldo final de prêmios a resgatar da Nota Fiscal Paulistana estava negativo, conforme o quadro resumo demonstrado a seguir:

	Saldo Inicial	Valor Disponibilizado	Pagamentos Confirmados	Abatimento IPTU	Créditos / Prêmios Expirados	Ajustes	Saldo Final
Crédito	111.586.061,41	-	(1.687.385,08)	(1.695.234,69)	(14.839.933,39)	88.551,86	93.452.060,11
Prêmio	358.065,39	2.000.000,00	(3.021.270,51)	(249.020,61)	(905.316,43)	1.021,20	(1.816.520,96)
<b>Total</b>	<b>111.944.126,80</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>(4.708.655,59)</b>	<b>(1.944.255,30)</b>	<b>(15.745.249,82)</b>	<b>89.573,06</b>	<b>91.635.539,15</b>

Fonte: Sistema Nota do Milhão

Em virtude da inconsistência identificada optou-se por manter o saldo final de prêmios de novembro de 2017 para o mês de dezembro de 2017, conforme demonstrado a seguir, uma vez que o setor responsável não identificou em tempo hábil o motivo da distorção das informações apresentadas.

Conta	Descrição	Atributo	Saldo em 31/12/2017
2.1.8.8.1.04.01.01.010.000.000.000.000	PRÊMIOS NF PAULISTANA	F	-
2.1.8.8.1.04.01.01.011.000.000.000.000	CRÉDITOS NF PAULISTANA	F	131,65
2.1.8.8.1.04.01.01.014.001.000.000.000	NF PAULISTANA - PRÊMIOS DISPONIBILIZADOS	P	358.065,39
2.1.8.8.1.04.01.01.014.002.000.000.000	NF PAULISTANA - CRÉDITOS DISPONIBILIZADOS	P	93.451.928,46
<b>Total</b>			<b>93.810.125,50</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Valor a Pagar à Câmara Municipal de São Paulo** - Dentro do grupo “Outras Obrigações – Curto Prazo” está registrado o valor de R\$ 3.174.919,21 referente à cobertura dos Restos a Pagar apurados pela Câmara Municipal de São Paulo, conforme Ofício nº SGA-23 nº 03/2018.

## Nota 14 – Desvinculação da Receita

A desvinculação das receitas no Município iniciou-se em 2016 por meio do Decreto nº 57.380/2016 e alterações e no exercício de 2017 foi oficializada pela portaria SF nº

200, de 31 de julho de 2017 e portaria SF nº 24, de 23 de janeiro de 2018, a qual desencadeou o registro contábil no controle das disponibilidades por destinação de recursos, resultando no superávit financeiro por fonte apresentado no Quadro anexo ao Balanço Patrimonial.

## **2.2 Demonstração das Variações Patrimoniais**

### **Nota 1 – Impostos**

Do total de variações patrimoniais aumentativas do grupo de impostos, os itens de maior influência no resultado de 2017 foram o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN e o Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial IPTU, que correspondem a 52% e 33% do total deste grupo, respectivamente

### **Nota 2 – Contribuições Sociais**

As Contribuições Sociais são compostas pelas contribuições patronais e de servidores ativos e inativos, da administração direta e indireta, bem como de pensionistas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da PMSP.

### **Nota 3 – Juros e Encargos de Mora**

O item de maior relevância dentre os juros e encargos de mora, representa aproximadamente 93% do total do grupo e corresponde aos Acréscimos Legais da Dívida Ativa (que engloba a atualização monetária da dívida ativa).

### **Nota 4 – Transferências Intragovernamentais**

As transferências intragovernamentais têm seu saldo composto por repasses recebidos pelas entidades da administração indireta para execução orçamentária, incluídos recursos referentes a aportes ao RPPS que representam 49% do total do grupo.

### **Nota 5 – Transferências Intergovernamentais**

As transferências intergovernamentais têm seu saldo composto, principalmente, pelas seguintes transferências: Transferências de Recursos do SUS (10%); Transferências do FUNDEB (23%); Cota Parte do ICMS (42%) e Cota Parte do IPVA (15%).

### **Nota 6 – Desincorporação de Passivos**

A variação referente a baixa pelo pagamento de precatórios – TJSP - EC 62/2009, representa 67% do total deste grupo.

### **Nota 7 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

As contas com saldos mais relevantes no grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” são as que seguem:

em R\$

<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Representação %</b>
PPI em Andamento/Dívida Ativa	4.477.396.298,71	28,9%
Inscrição de Dívida Ativa	3.978.846.170,89	25,7%
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.842.307.057,97	11,9%
Receita da Dívida Ativa	1.295.033.995,58	8,4%
Depósitos Judiciais - LC 151/2015	1.164.611.648,27	7,5%
Reversão de Ajuste de Perdas - Dívida Ativa	607.075.014,00	3,9%
Demais	2.120.171.265,24	13,7%
<b>Total</b>	<b>15.485.441.450,66</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Nota 8 – Remuneração a Pessoal

No exercício de 2017, a remuneração com vencimentos e salários do pessoal ativo foi de R\$ 9.002.848.465,80, o que representa, aproximadamente, 72% do total das VPD com Pessoal e Encargos.

## Nota 9 – Aposentadorias e Reformas

Correspondem aos pagamentos efetuados a aposentados da administração direta e indireta, sob o Regime Próprio de Previdência Social da PMSP e corresponde a, aproximadamente, 88% do total de benefícios previdenciários e assistenciais.

## Nota 10 – Serviços

Essas VPD representam um expressivo valor no gasto público do Município, pois correspondem aos serviços que mantêm em funcionamento atividades primordiais para os municípios e também para a administração pública. Dentre os gastos com serviços, destacam-se os serviços pagos a pessoas jurídicas (98%) conforme abaixo:

em R\$

<b>Serviços de Terceiros - PJ</b>	<b>Gastos em 2017</b>	<b>Representação %</b>
Serviços Urbanos	2.635.599.388,62	21%
Serviços de Creche e assistência pré-escolar	2.052.055.006,06	16%
Serviços de Apoio	1.308.426.359,23	10%
Serv.Médico-hospitalar,odontol. e laboratoriais	1.076.692.324,89	8%
Serviços de assistência social	949.263.048,22	7%
Serviços de água e esgoto, energia, gás e outros	598.504.496,35	5%
Serviços de alimentação	445.507.277,49	3%
Locações	390.226.071,26	3%
Serviços Técnico Profissionais	379.484.143,00	3%
Serviços relacionados a tecnologia da informação	347.838.441,45	3%
Demais	2.614.241.127,27	20%
<b>Total</b>	<b>12.797.837.683,84</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

### **Nota 11 – Variações Monetárias e Cambiais**

Referem-se às variações monetárias e cambiais da dívida contratual interna (aproximadamente, 62% do grupo); da dívida contratual externa (aproximadamente, 3%); da dívida mobiliária interna (aproximadamente, 1%) e dos precatórios (aproximadamente, 31%).

### **Nota 12 – Transferências Intragovernamentais**

As transferências intragovernamentais correspondem, em sua maioria, aos repasses concedidos às entidades da administração indireta para execução orçamentária, inclusive, para aporte de recursos ao RPPS.

### **Nota 13 – Transferências Intergovernamentais**

O valor registrado neste grupo refere-se a transferências voluntárias realizadas pelo Município (aproximadamente, 61%) e transferências ao FUNDEB (aproximadamente, 39%).

### **Nota 14 – Transferências a Instituições Privadas**

Neste grupo, destacam-se as VPD referentes a transferências a instituições privadas sem fins lucrativos destinadas a serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais (aproximadamente, 93% do grupo).

### **Nota 15 – Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas**

Neste grupo, destaca-se o ajuste para perdas referente à dívida ativa realizado de acordo com a metodologia proposta pelo GT instituído pela Portaria Conjunta SF/SNJ 1/2014 (aproximadamente, 93% do total do grupo).

### **Nota 16 – Desincorporação de Ativos**

Neste grupo, destacamos as desincorporações referentes a Dívida Ativa, como o cancelamento no valor de R\$ 3.618.251.891,60; a cobrança no valor de R\$ 1.592.812.156,68 e a remissão no valor de R\$ 1.191.170.436,85.

### **Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas**

As contas com saldos mais relevantes no grupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas” são as que seguem:

em R\$

<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Representação %</b>
Provisões Matemáticas Previdenciárias	(32.150.181.363,35)	80,6%
PPI em Andamento/Dívida Ativa	(5.342.259.780,36)	13,4%
Bens Imóveis a Classificar	(850.132.539,77)	2,1%
Sentenças Judiciais	(618.363.955,07)	1,6%
Demais	(916.591.243,42)	2,3%
<b>Total</b>	<b>(39.877.528.881,97)</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## 2.3 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

### Nota 1 – Saldo Final do Exercício Atual

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido evidencia a evolução do patrimônio líquido de todas as entidades que compõem a administração direta e indireta da Prefeitura, inclusive a empresa estatal dependente (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo).

As mutações ocorridas no exercício de 2017 são decorrentes de:

- Déficit de R\$ 26.546.103.195,08 apresentado no resultado patrimonial consolidado do período, que segue detalhado na tabela abaixo:

em R\$

<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>Exercício 2017</b>	<b>%s/ Total</b>
<b>Administração Direta</b>	<b>5.446.334.260,49</b>	<b>-20,5%</b>
PMSP	5.456.433.396,03	-20,6%
CMSP	(7.517.846,26)	0,0%
TCMSP	(7.535.781,13)	0,0%
FECAM	2.676.808,82	0,0%
FETCM	2.277.683,03	0,0%
<b>Administração Indireta</b>	<b>(31.992.437.455,57)</b>	<b>120,5%</b>
HSPM	(10.222.012,35)	0,0%
IPREM	(32.212.929.125,59)	121,3%
SFMSP	29.096.819,00	-0,1%
AHM	78.674.878,23	-0,3%
AMLURB	116.523.405,60	-0,4%
FUNDATEC	3.336.711,23	0,0%
THEATRO	250.704,20	0,0%
FMH	(23.964.336,01)	0,1%
COHAB	26.795.500,12	-0,1%
<b>Resultado Patrimonial do Período (Déficit Patrimonial)</b>	<b>(26.546.103.195,08)</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Analisando o déficit apurado, verifica-se que a administração direta apresentou resultado positivo de R\$ 5.446.334.260,49 e a administração indireta um resultado negativo de R\$ 31.992.437.455,57. Na administração indireta destaca-se o resultado negativo de R\$ 32.212.929.125,59 apresentado pelo IPREM decorrente da atualização referente ao resultado da avaliação atuarial (Déficit Atuarial), o qual representa a maior participação sobre o total consolidado.

- Déficit de R\$ 858.168.861,22 apresentado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores. O maior impacto sobre os resultados de exercícios anteriores deve-se aos ajustes efetuados pela Prefeitura, com destaque para os principais ajustes a seguir:
  - ✓ Baixa decorrente das conclusões alcançadas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Intersecretarial SF/PGM/SMG nº 09/2016 com instruções juntadas no Processo Administrativo nº 2017-0.007.547-7, que dispõe sobre estudo e proposição de procedimentos referentes aos valores sequestrados e bloqueios judiciais realizados em contas bancárias de titularidade da PMSP. (Déficit de R\$ 970.143.930,68)
  - ✓ Créditos decorrentes de valores adiantados a empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em complementação ao valor lançado em 31/12/2016, tendo em vista que o montante bloqueado naquela data estava em C/C do Governo do Estado de São Paulo, portanto não representava disponibilidades do Município. (Superávit de R\$ 36.697.988,26)
  - ✓ Créditos junto a SPTrans, provenientes do exercício de 1992 a 2005, referentes a pagamentos a fornecedores da SPTrans efetuados pela PMSP e a penhoras e bloqueios judiciais, tratados no Processo Administrativo nº 2010-0.045.478-5. (Superávit de R\$ 35.709.773,40)
  - ✓ Atualização monetária dos CID referente a dezembro/2016, tendo em vista a utilização do índice IPC-A (IBGE) de acordo com a data de emissão dos certificados, constante do Processo SEI 6017.2017/0006219-0. (Superávit de R\$ 21.410.799,93)
- Constituição de Reservas no valor de R\$ 2.518,29 - referem-se a Reservas constituídas pelo IPREM referentes ao Decreto nº 34.985/1995 e Resolução nº 403/1986.

## 2.4 Balanço Financeiro

### Nota 1-A – Desvinculação da Receita

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 93/2016, que acrescentou o artigo 76-B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ficou estabelecida a

desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de 30% (trinta por cento) das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

A referida EC estabelece também as exceções à regra de desvinculação: recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal; receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

A regulamentação da desvinculação da receita na Prefeitura do Município de São Paulo iniciou-se no exercício de 2016, por meio do Decreto nº 57.380/2016 e alterações, que estabeleceram normas complementares e procedimentos quanto às desvinculações de receitas municipais.

Em 2017, a Desvinculação das Receitas na PMSP, foi oficializada pela portaria SF nº 200, de 31 de julho de 2017 e portaria SF nº 24, de 23 de janeiro de 2018, com a efetivação do registro contábil, conforme se apresenta a receita orçamentária no Balanço Financeiro do exercício de 2017, considerando a desvinculação.

### **Nota 1-B – Receita Líquida por Fonte de Recurso**

No Balanço Financeiro as receitas orçamentárias são apresentadas líquidas de deduções. Dessa forma, apresentamos o quadro abaixo, com o detalhamento das receitas brutas, das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos e das receitas líquidas já considerando a desvinculação da receita, em conformidade com o disposto no decreto municipal nº 57.380/2016 e alterações:

em R\$

Fonte	Receita Bruta	Deduções	Receita Líquida
<b>Ordinária</b>	<b>43.805.263.995,71</b>	<b>- 2.172.058.322,38</b>	<b>41.633.205.673,33</b>
Tesouro Municipal	40.319.216.839,80	- 2.172.058.322,38	38.147.158.517,42
Recursos Próprios da Empresa Dependente	41.827.539,88	-	41.827.539,88
Recursos Próprios da Administração Indireta	3.444.219.616,03	-	3.444.219.616,03
<b>Vinculada</b>	<b>10.205.732.763,92</b>	<b>- 70.852.651,22</b>	<b>10.134.880.112,70</b>
Operações de Crédito	46.386.246,66	-	46.386.246,66
Transferências Estaduais	550.779.567,61	-	550.779.567,61
Transferências Federais	3.008.586.709,21	-	3.008.586.709,21
Fundo Constitucional da Educação	3.788.793.795,83	-	3.788.793.795,83
Outras Fontes	73.032.418,63	- 26.100,86	73.006.317,77
Receita Condicionada			
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	2.738.154.025,98	- 70.826.550,36	2.667.327.475,62
<b>Total Geral</b>	<b>54.010.996.759,63</b>	<b>- 2.242.910.973,60</b>	<b>51.768.085.786,03</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Nota 1-C - Despesa por Fonte de Recursos

Da execução da Despesa por Fonte de Recursos em 2017, comparado ao exercício de 2016, destaca-se as principais variações dentre o grupo de despesas, os Recursos Próprios da Empresa Dependente, com 32%, equivalente a R\$ 11.998.817,33 e Outras Fontes, 98%, que corresponde a R\$ 46.702.040,10, que representou relevância em termos percentuais e aumento de dispêndio no exercício atual, sendo possível visualização das variações no quadro que segue:

Despesa/Fonte	2017	2016	variação %
<b>Ordinária</b>	<b>41.421.365.101,30</b>	<b>38.926.806.090,96</b>	<b>6%</b>
Tesouro Municipal	37.970.822.193,95	35.539.718.886,55	7%
Recursos Próprios da Administração Indireta	3.401.266.714,24	3.349.809.828,63	2%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	49.276.193,11	37.277.375,78	32%
<b>Vinculada</b>	<b>9.992.663.975,78</b>	<b>10.495.712.820,66</b>	<b>-5%</b>
Operações de Créditos	56.375.670,34	78.215.703,95	-28%
Transfêrencias Federais	3.034.717.115,93	3.072.661.327,50	-1%
Transfêrencias Estaduais	540.139.071,44	478.578.544,89	13%
Fundo Constitucional de Educação	3.827.119.837,54	3.509.458.662,40	9%
Outras Fontes	94.590.659,43	47.888.619,33	98%
Receita Condicionada	-	-	-
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	2.439.721.621,10	3.308.909.962,59	-26%
<b>Total Consolidado</b>	<b>51.414.029.077,08</b>	<b>49.422.518.911,62</b>	<b>4%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Nota 2 – Transferências Financeiras

As Transferências Financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias.



E, em 2017, apresentou um total de R\$ 9.650.186.257,68, correspondente as Transferências Recebidas e R\$ 9.656.344.822,32 as Concedidas, demonstrado no quadro que segue a distribuição por entidade:

Transferências Financeiras - Posição em 31/12/2017			em R\$
Entidade	Transferências Financeiras Recebidas - Para Execução Orçamentária	Transferências Financeiras Concedidas - Para Execução Orçamentária	
Prefeitura do Município de São Paulo	-	9.647.955.496,29	
Hospital do Servidor Público Municipal	271.541.020,25	-	
Instituto de Previdência Municipal	4.692.516.839,41	-	
Serviço Funerário do Município de São Paulo	-	-	
Autarquia Hospitalar Municipal	1.420.774.201,24	-	
Autoridade Munic. Limpeza Urbana/FMU	2.305.365.392,05	-	
Fundação Paulistana de Educ. Tecnologia	14.582.369,17	-	
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	129.387.580,09	-	
COHAB e FMH	67.544.730,01	770.148,12	
CMSP e FECAM	511.000.000,00	-	
TCMSP e FETCM	236.000.000,00	-	
<b>Subtotal Transferências Financeiras - Para Execução Orçamentária</b>	<b>9.648.712.132,22</b>	<b>9.648.725.644,41</b>	
Entidade	Transferências Financeiras Recebidas - Independentes de Execução Orçamentária	Transferências Financeiras Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	
Prefeitura do Município de São Paulo	1.474.125,46	-	
Autoridade Munic. Limpeza Urbana	-	1.474.125,46	
CMSP e FECAM	-	-	
TCMSP e FETCM	-	6.145.052,45	
<b>Subtotal Transferências Financeiras - Independentes de Execução Orçamentária</b>	<b>1.474.125,46</b>	<b>7.619.177,91</b>	
Entidade	Transferências Financeiras Recebidas - Aporte de Recursos para o RPPS	Transferências Financeiras Concedidas - Aporte de Recursos para o RPPS	
<b>Total Transferências Recebidas e Concedidas</b>	<b>9.650.186.257,68</b>	<b>9.656.344.822,32</b>	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2017, as Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária e para aportes ao RPPS totalizaram R\$ 9.648.712.132,22 e as Transferências Financeiras Concedidas para as mesmas finalidades totalizaram R\$ 9.648.725.644,41, verificando-se uma diferença de **R\$ 13.512,19** que corresponde a estornos e reclassificações contábeis entre as entidades COHAB e FMH, que não observaram a necessária correspondência entre as operações intraorçamentárias.

As Transferências Financeiras Recebidas Independente da Execução Orçamentária totalizaram R\$ 1.474.125,46 e as Transferências Financeiras Concedidas Independente da Execução Orçamentária, R\$ 7.619.177,91, verificando-se uma diferença de **R\$ 6.145.052,45**, que corresponde a obrigações reconhecidas pelo Tribunal de Contas como valores a repassar à PMSP. A Prefeitura registrou o montante destes recursos em seu Ativo, constituindo créditos a receber no curto prazo. A evidenciação no Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa ocorreu com a entrada do recurso financeiro e respectivo ingresso extraorçamentário. O Tribunal de Contas demonstrou a Transferência Financeira Concedida – Independente da Execução Orçamentária, em

contrapartida ao passivo demonstrado no grupo de ingressos extraorçamentários e, no repasse do recurso, demonstrou o pagamento extraorçamentário.

### Nota 3 - Execução de Restos a Pagar

Dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários, em 2017 destacamos a variação da inscrição e pagamentos dos restos a pagar, em comparação ao exercício de 2016, sendo possível visualizar essas variações em termos percentuais e monetários, no quadro que segue:

Descrição	em R\$			
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	Variação %
<b>Inscrição de Restos a Pagar</b>	<b>2.411.821.295,08</b>	<b>1.673.136.668,99</b>	<b>738.684.626,09</b>	<b>44%</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.079.310.055,88	1.424.960.098,85	654.349.957,03	46%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	332.511.239,20	248.176.570,14	84.334.669,06	34%
<b>Pagamento de Restos a Pagar</b>	<b>1.147.295.469,52</b>	<b>1.904.015.000,64</b>	<b>(756.719.531,12)</b>	<b>-40%</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	907.840.720,25	1.620.236.525,97	(712.395.805,72)	-44%
Pagamento de Restos a Pagar Processados	239.454.749,27	283.778.474,67	(44.323.725,40)	-16%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em 2017, os valores das inscrições em restos a pagar, superaram em 44% as inscrições ocorridas no exercício anterior, totalizando uma variação R\$ 738.684.626,09.

Referente aos pagamentos de restos em 2017, houve uma variação negativa de 40% em relação a 2016, somando um total R\$ (756,719,531,12), inferior aos pagamentos efetivados no exercício anterior.

- Quando da inscrição dos restos a pagar “não processados”, o procedimento adotado no âmbito municipal, é permanecer neste status, não há transferência de status para “processados”.

### Nota 4 – Do Saldo do Exercício Anterior para o Exercício Seguinte

As variações da evolução dos saldos referente aos exercícios de 2017 e 2016, configurado no quadro, que segue:

Descrição	em R\$			
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	% Variação
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>7.655.093.047,00</b>	<b>9.568.074.395,78</b>	<b>(1.912.981.348,78)</b>	<b>-20,0%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.457.866.976,19	6.306.083.254,54	(848.216.278,35)	-13,5%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.169.197.015,09	3.232.661.481,42	(1.063.464.466,33)	-32,9%
Aplicação - RPPS	28.029.055,72	29.329.659,82	(1.300.604,10)	-4,4%
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>9.775.579.663,83</b>	<b>7.655.093.047,00</b>	<b>2.120.486.616,83</b>	<b>27,7%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.944.470.411,57	5.457.866.976,19	1.486.603.435,38	27,2%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.785.200.380,73	2.169.197.015,09	616.003.365,64	28,4%
Aplicação - RPPS	45.908.871,53	28.029.055,72	17.879.815,81	63,8%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em 2017, o Balanço Financeiro trazia um Saldo do Exercício Anterior de R\$ 7.655.093.047,00, comparado ao exercício de 2016 de R\$ 9.568.074.395,78, apresentou uma variação negativa de 20%.

Em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte, superou em 27,7% comparado ao exercício anterior, totalizando uma variação positiva, um acréscimo de R\$ 2.120.486.616,83 nas disponibilidades em 2017.

### **Nota 5 – Caixa e equivalentes de Caixa - Registro contábil das retenções**

O procedimento referente ao registro contábil das retenções efetuadas, na PMSP:

- As retenções de naturezas orçamentárias são apropriadas no momento do pagamento ao credor;
- As de natureza extraorçamentária são reconhecidas no passivo no momento da liquidação da despesa e baixadas no pagamento da obrigação.

## **2.5 Demonstração do Fluxo de Caixa**

### **Nota 1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

Na composição dos Ingressos e Desembolsos das Atividades Operacionais temos como valores mais expressivos os grupos: Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais que correspondem respectivamente a 46,54% e 48,35%.

Os valores registrados em outros ingressos operacionais e outros desembolsos operacionais são valores que não transitaram pelo orçamento e são referentes a recebimentos e pagamentos extraorçamentários, assim como descrito no item 20 da IPC-08. Encontra-se em aperfeiçoamento a demonstração nestes grupos de movimentos que não representam efetivo ingresso ou desembolso financeiro.

### **Nota 2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos**

Na composição dos Ingressos e Desembolsos das Atividades de Investimentos temos como valores mais expressivos: Outros Ingressos de Investimentos e Aquisição de Ativo não Circulante que correspondem respectivamente a 88,65% do total das entradas e 59,71% do total das saídas de caixa.

Para melhor evidenciação das entradas que compõem os ingressos das atividades de Investimento, podemos destacar:

- Outorga Onerosa do Plano Diretor no valor de R\$ 210.187.562,35, representando aproximadamente 59,37% do grupo;
- Alienação de CEPAC referentes à Operação Faria Lima no valor de R\$ 63.879.808,81, representando aproximadamente 18,04% do grupo;
- Recursos de acordos Judiciais no valor de R\$ 29.618.100,00, representando 8,37% do grupo.

Conforme Relatório Consolidado de Execução Orçamentária do sistema SOF e Relatório Execução Orçamentária dos Restos a Pagar, os principais desembolsos das Atividades de Investimentos foram:

Em R\$

<b>Quadro Composição - Aquisição de Ativo não Circulante</b>			
<b>Despesas de Capital</b>	<b>Execução Orçamentária 2017</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>%</b>
Investimentos	Obras e Instalações	699.919.308,27	72,39%
Investimentos	Equipamentos e Material Permanente	24.402.926,34	2,52%
Investimentos	Aquisição de Imóveis	52.419.014,82	5,42%
Investimentos	Demais elementos	1.030.418,36	0,11%
Inversão Financeira	Aumento de Capital - Empresas	57.820.971,00	5,98%
		835.592.638,79	86,42%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>Restos a Pagar 2016</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>%</b>
Investimentos	Obras e Instalações	118.681.835,37	12,27%
Investimentos	Equipamentos e Material Permanente	9.366.018,51	0,97%
Investimentos	Demais elementos	2.740.525,62	0,28%
		130.788.379,50	13,53%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>Restos anteriores a 2015</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>%</b>
		485.541,62	0,05%
<b>Total</b>		<b>966.866.569,91</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

### Nota 3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O grupo Amortização/Refinanciamento da Dívida representa a totalidade (100%) dos desembolsos do Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento, compreendendo a Amortização da Dívida (elemento 71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado).

Do montante pago em 2017, aproximadamente 94% refere-se a Dívida Pública Interna e 6% a Dívida Externa.

Nos ingressos das atividades de Financiamento, o grupo com o valor mais relevante refere-se às Transferências de Capital Recebidas, dentre as quais as Transferências de Convênios representa 97% do grupo.

### Nota 4 – Caixa e Equivalente de Caixa Final

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa Final apresenta um aumento de 27% em relação ao ano anterior.

## 2.6 Balanço Orçamentário

### Nota 1 - Lei Orçamentária Anual - LOA

Em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 e alterações que estabelecem normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o orçamento consolidado da Prefeitura do Município de São Paulo, para o exercício de 2017, instituído por meio da Lei Municipal nº 16.608/2016, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 54.694.563.143,00. O referido Orçamento compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Consolidado referentes aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

No exercício de 2017 não houve atualizações monetárias na previsão inicial da receita orçamentária.

### Nota 2 – Utilização do Superavit Financeiro

No exercício de 2017 houve abertura de créditos suplementares advindos de recursos do superavit financeiro apurado no exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

Despesa	Orçada (a)	Anulação (b)	Créditos Adicionais Diversos (c)	Créditos Adicionais P/ Superávit Financeiro (d)	Total dos Créditos Autorizados (e) = a+b+c+d
em R\$					
<b>Administração Direta</b>					
Poder Executivo	41.450.655.769,00	(5.862.622.123,62)	5.450.996.336,19	160.361.789,90	41.199.391.771,47
Poder Legislativo	941.171.415,00	(102.364.870,27)	23.208.710,00	2.820.000,00	864.835.254,73
<b>Total</b>	<b>42.391.827.184,00</b>	<b>(5.964.986.993,89)</b>	<b>5.474.205.046,19</b>	<b>163.181.789,90</b>	<b>42.064.227.026,20</b>
<b>Administração Indireta</b>					
Poder Executivo	12.302.735.959,00	(724.986.816,10)	1.215.768.763,80	-	12.793.517.906,70
<b>Total</b>	<b>12.302.735.959,00</b>	<b>(724.986.816,10)</b>	<b>1.215.768.763,80</b>	<b>-</b>	<b>12.793.517.906,70</b>
<b>Total</b>	<b>54.694.563.143,00</b>	<b>(6.689.973.809,99)</b>	<b>6.689.973.809,99</b>	<b>163.181.789,90</b>	<b>54.857.744.932,90</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A movimentação entre os orçamentos da administração direta e indireta no valor de R\$ 163.181.789,90 decorre de decretos publicados no exercício de 2017 (Decreto 57.838/2017 e Resolução TCM nº 02/2017), contendo a abertura de créditos adicionais suplementares cobertos com recursos provenientes do superavit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016.

### Nota 3 – Superavit Orçamentário

Na execução orçamentária consolidada de 2017, as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 51.768.085.786,03 e as despesas empenhadas totalizaram R\$ 51.414.029.077,08. O confronto das receitas realizadas com as despesas empenhadas resultou em um superavit orçamentário de R\$ 354.056.708,95.

Analisando detalhadamente o resultado orçamentário apurado, verifica-se que a Administração Direta apresentou resultado superavitário de R\$ 9.307.563.848,18, enquanto a Administração Indireta apresentou um resultado deficitário de R\$ 8.953.507.139,23, conforme abaixo demonstrado:

em R\$			
Execução Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
<b>Receitas Realizadas</b>			
Receitas Correntes	47.036.642.115,76	3.645.578.948,96	50.682.221.064,72
Receitas de Capital	1.059.607.064,26	26.257.657,05	1.085.864.721,31
Operações de Crédito/ Refinanciamento	-	-	-
<b>Total</b>	<b>48.096.249.180,02</b>	<b>3.671.836.606,01</b>	<b>51.768.085.786,03</b>
<b>Despesas Empenhadas</b>			
Despesas Correntes	34.785.148.787,08	12.556.071.942,05	47.341.220.729,13
Despesas de Capital	4.003.536.544,76	69.271.803,19	4.072.808.347,95
Reserva de Contingência	-	-	-
Amortização da Dívida/Refinanciamento	-	-	-
<b>Total</b>	<b>38.788.685.331,84</b>	<b>12.625.343.745,24</b>	<b>51.414.029.077,08</b>
<b>(=) Superávit / Déficit Orçamentário</b>	<b>9.307.563.848,18</b>	<b>(8.953.507.139,23)</b>	<b>354.056.708,95</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Detalhando por empresa, o deficit orçamentário apresentado pela administração indireta, temos a seguinte segregação:

em R\$			
Execução Orçamentária	Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	3.362.601.343,48	8.031.264.873,21	(4.668.663.529,73)
Autoridade Mun. de Limp. Urbana/Fundo Mun. de Limp. Urbana	87.341.999,12	2.396.640.031,98	(2.309.298.032,86)
Autorarquia Hospitalar Municipal	4.419.617,65	1.469.109.375,46	(1.464.689.757,81)
Hospital do Servidor Público Municipal	8.008.500,13	285.896.334,15	(277.887.834,02)
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	157.586,28	129.424.235,97	(129.266.649,69)
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	41.827.539,88	115.005.288,77	(73.177.748,89)
Fundo Municipal de Habitação	21.304.097,29	54.400.642,73	(33.096.545,44)
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	3.596.322,31	17.625.610,10	(14.029.287,79)
Serviço Funerário do Município de São Paulo	142.579.599,87	125.977.352,87	16.602.247,00
<b>Total</b>	<b>3.671.836.606,01</b>	<b>12.625.343.745,24</b>	<b>(8.953.507.139,23)</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em resumo, das nove empresas que compõem a Administração Indireta, apenas o Serviço Funerário do Município de SP apresentou um resultado superavitário.

#### **Nota 4 – Detalhamento das Despesas Executadas por Crédito Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário**

Seguem as informações referentes à execução da despesa orçamentária, detalhadas por grupo de despesa:

em R\$						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Diferença Atualização c = (b - a)	% Variação	Despesas Empenhadas (d)	Diferença Execução e = (d - b)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>46.214.556.955,00</b>	<b>49.732.380.365,67</b>	<b>3.517.823.410,67</b>	<b>7,61%</b>	<b>47.341.220.729,13</b>	<b>(2.391.159.636,54)</b>
Pessoal e Encargos Sociais	22.010.680.344,00	22.165.820.743,68	155.140.399,68	0,70%	21.470.818.752,26	(695.001.991,42)
Juros e Encargos da Dívida	1.279.663.868,00	1.236.403.522,47	(43.260.345,53)	-3,38%	1.212.581.514,69	(23.822.007,78)
Outras Despesas Correntes	22.924.212.743,00	26.330.156.099,52	3.405.943.356,52	14,86%	24.657.820.462,18	(1.672.335.637,34)
<b>Despesas de Capital</b>	<b>8.480.005.188,00</b>	<b>5.125.363.567,23</b>	<b>(3.354.641.620,77)</b>	<b>-39,56%</b>	<b>4.072.808.347,95</b>	<b>(1.052.555.219,28)</b>
Investimentos	6.157.686.270,00	2.965.072.326,57	(3.192.613.943,43)	-51,85%	1.986.784.806,28	(978.287.520,29)
Inversões Financeiras	188.381.971,00	78.149.971,00	(110.232.000,00)	-58,52%	72.882.778,61	(5.267.192,39)
Amortização da Dívida	2.133.936.947,00	2.082.141.269,66	(51.795.677,34)	-2,43%	2.013.140.763,06	(69.000.506,60)
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>(1.000,00)</b>
<b>Total</b>	<b>54.694.563.143,00</b>	<b>54.857.744.932,90</b>	<b>163.181.789,90</b>	<b>0,30%</b>	<b>51.414.029.077,08</b>	<b>(3.443.715.855,82)</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na comparação da dotação inicial com a atualizada, observa-se uma variação de R\$ 163.181.789,90 entre os grupos de contas, destacando-se a redução de 58,52% na dotação inicial das Inversões Financeiras e o aumento de 14,86% em Outras Despesas Correntes.

A despesa empenhada alcançou o montante de R\$ 51.414.029.077,08, resultando em uma economia orçamentária de R\$ 3.443.715.855,82, se comparada à dotação atualizada de R\$ 54.857.744.932,90.

## Nota 5 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As Receitas Intraorçamentárias são classificadas nos grupos - 7.0.0.0.00.00.00.00 Receitas Correntes e 8.0.0.0.00.00.00.00 – Receitas de Capital. Em 2017, as rubricas de Receitas Intraorçamentárias Correntes alcançaram o montante de R\$ 1.954.390.516,33, representando 100% do total, não ocorrendo Receitas Intraorçamentárias de Capital, conforme demonstração a seguir:

em R\$				
Receitas	Orçada (I)	Realizada (II)	Diferença III = (II - I)	% S/ Total
<b>Intraorçamentária Corrente</b>	<b>1.984.102.913,00</b>	<b>1.954.390.516,33</b>	<b>(29.712.396,67)</b>	<b>100,00%</b>
Receitas de Contribuições Intra	1.958.859.447,00	1.934.152.224,85	(24.707.222,15)	98,96%
Receitas Patrimonial Intra	647.600,00	371.134,45	(276.465,55)	0,02%
Receitas de Serviços Intra	23.595.866,00	16.464.875,58	(7.130.990,42)	0,84%
Transferências Correntes Intra		877.101,99	877.101,99	0,04%
Outras Receitas Correntes Intra	1.000.000,00	2.525.179,46	1.525.179,46	0,13%
<b>Intraorçamentária de Capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
Transferência de Capital				0,00%
Outras Receitas de Capital				0,00%
<b>Total</b>	<b>1.984.102.913,00</b>	<b>1.954.390.516,33</b>	<b>(29.712.396,67)</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se nas receitas correntes o valor de R\$ 1.934.152.224,85, que corresponde às receitas de contribuições e equivalem a 98,96% do total arrecadado de receitas intraorçamentárias.

As despesas intraorçamentárias são classificadas na modalidade 91 e no exercício de 2017 apresentaram um total geral de R\$ 1.984.951.813,71, sendo que R\$ 1.980.327.975,00 (99,77%) se referem às despesas correntes e R\$ 4.623.838,71 (0,23%) correspondem às despesas de capital.

Despesas	Orçada Atualizada (I)	Realizada (II)	Diferença III = (II - I)	em R\$
				% S/ Total
<b>Intraorçamentária Corrente</b>	<b>1.999.871.397,41</b>	<b>1.980.327.975,00</b>	<b>(19.543.422,41)</b>	<b>99,77%</b>
Contratação por Tempo Determinado	750.000,00	-	(750.000,00)	0,00%
Obrigações Patronais	1.950.995.009,21	1.936.425.682,04	(14.569.327,17)	97,56%
Pessoal e Encargos -* DEA	460.000,00	233.063,04	(226.936,96)	0,01%
Locação de Mão-de-Obra	1.225.180,05	1.225.180,05	-	0,06%
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	976.290,13	972.062,82	(4.227,31)	0,05%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	23.959.803,70	22.966.872,73	(992.930,97)	1,16%
Material de Consumo	2.000.000,00	-	(2.000.000,00)	0,00%
Indenizações e Restituições	1.000.000,00	-	-	-
Outras Despesas Correntes _ DEA*	18.505.114,32	18.505.114,32	-	-
<b>Intraorçamentária de Capital</b>	<b>19.813.372,16</b>	<b>4.623.838,71</b>	<b>(15.189.533,45)</b>	<b>0,23%</b>
Obras e Instalações	4.623.838,71	4.623.838,71	-	0,23%
Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica	15.189.533,45	-	(15.189.533,45)	0,00%
<b>Total</b>	<b>2.019.684.769,57</b>	<b>1.984.951.813,71</b>	<b>(21.543.422,41)</b>	<b>100,00%</b>

\* DEA - Despesas de Exercícios Anteriores

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se nas despesas correntes o valor de R\$1.936.425.682,04, correspondente às obrigações patronais e equivalem a 97,56% do total executado de despesas intraorçamentárias.

## Nota 6 – Restos a Pagar não Processados Liquidados

Para o controle dos restos a pagar não processados liquidados, a Prefeitura de São Paulo adota o procedimento de mantê-los neste status, não transferindo o saldo para o status de “processados”.

Demonstra-se a seguir o comportamento dos restos a pagar não processados, apresentados nos três últimos Balanços Orçamentários:

Restos a Pagar Não Processados	em R\$		
	Quadro Balanço Orçamentário 2015	Quadro Balanço Orçamentário 2016	Quadro Balanço Orçamentário 2017
<b>Despesas Correntes</b>	<b>3.196.688,52</b>	<b>1.037.446,58</b>	<b>1.225.331,41</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.196.688,52	1.037.446,58	1.225.331,41
<b>Despesas de Capital</b>	<b>401.491.273,04</b>	<b>5.643.218,15</b>	<b>4.377.764,65</b>
Investimentos	401.491.273,04	5.643.218,15	4.377.764,65
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
<b>Total</b>	<b>404.687.961,56</b>	<b>6.680.664,73</b>	<b>5.603.096,06</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



### 3 Ações de Melhoria nos Processos e Sistema

Divulgamos abaixo algumas ações de melhorias nos processos e no sistema que este Departamento de Contadoria tem trabalhado para a contribuição e transparência das informações contábeis desta Municipalidade.

#### Reserva com Transferência

No exercício de 2016, foi desenvolvida e implementada no Módulo Execução Orçamentária – Sistema SOF a ferramenta “Nota de Reserva Orçamentária com Transferência de Recursos entre Empresas (Direta e Indireta)”, em atendimento ao disposto na Lei Orçamentaria Anual e Decreto da Execução Orçamentaria do Exercício, para cumprimento do Programa de Trabalho estabelecido, bem como a realização de obras ou serviços decorrentes da execução de programação intersecretarial, onde o ordenador da despesa orçamentária poderá descentralizar os créditos orçamentários correspondentes a outras unidades pertencentes à Administração Direta e Indireta, por meio de Nota de Reserva com Transferência, para execução orçamentária.

Neste sentido, registramos as primeiras operações de execução orçamentária, no sistema SOF, entre as empresas Prefeitura, Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB para Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB, na utilização dessa ferramenta na execução do exercício de 2017.

#### Tabela de Itens de Despesa

Dando continuidade ao processo de padronização e consolidação, a “Tabela de Itens de Despesa” sofreu revisão e reclassificação da codificação para utilização na execução orçamentária do exercício de 2018, consolidando as informações das contas de despesas do Tribunal de Contas do Município e da Câmara Municipal de São Paulo, tendo em vista a implantação do Sistema SOF nos órgãos do poder legislativo, adaptando e atualizando sua estrutura de acordo com as informações da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, definido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e a obrigatoriedade de envio dos dados a partir de 2018.

A tabela de Itens, Anexo II do Manual da Despesa da Cidade de São Paulo, está disponível no portal SF, Contas Públicas/Manuais e Orientações<sup>2</sup>.

#### Alterações no Plano de Rubricas de Receitas

Foi publicada a Portaria SF/SUTEM/DECON nº 01, de 27 de dezembro de 2017, que divulga as alterações (DE/PARA) ocorridas no Plano de Contas de Receita, identificadas na forma do Anexo Único desta portaria, resultado do trabalho realizado em

<sup>2</sup> <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas/index.php?p=9535>

conformidade com as especificações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP, Ementário da Classificação por Natureza da Receita Orçamentaria, com vigência a partir de 2018, trazendo um novo padrão de codificação.

A portaria/SF traz também procedimentos e orientações para as unidades orçamentárias. Referentes à abertura e utilização de rubricas de receitas orçamentárias, no âmbito da Administração Municipal, disponibilizado no portal SF - Contas Públicas/Manuais e Orientações<sup>3</sup>.

### **Matriz de Saldos Contábeis - MSC**

Considerando as disposições da Portaria STN nº 896, de 31 de outubro de 2017, que estabelece regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para o exercício de 2018, houve adequações no Sistema SOF, após o trabalho realizado de reestruturação e reclassificação do Plano de Contas, ajuste na Tabela de Itens de Despesa e Plano de Contas da Receita, com a finalidade de atender às determinações da Matriz de Saldos Contábeis - MSC, com obrigatoriedade a partir de janeiro de 2018.

### **Implantações do Sistema SOF - Câmara Municipal e Tribunal de Contas do Município de São Paulo**

Considerando a edição da Lei Complementar nº 156/2016 que trouxe a obrigatoriedade de todos os Poderes em utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo e considerando que até então a estrutura do Sistema SOF, não contemplavam os órgãos do Poder Legislativo, Câmara municipal e Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

No exercício de 2017, após contatos oficiais com os mesmos, houve a decisão de adesão ao sistema e foram realizados alinhamentos e tratativas sobre as funcionalidades do sistema. Dessa forma, ocorreu um trabalho de esforço e integração das áreas envolvidas, destacando realização de treinamento/testes nos módulos de execução orçamentaria, financeira e contábil, reuniões de planejamento com os interessados, ou seja, DECON/Divisões, CM, TCMSP e Prodam, para o desenvolvimento dos ajustes/melhorias dos mapeamentos solicitados durante o processo de adesão, para fins de operacionalização do SOF a partir do início em 2018, aperfeiçoando desse modo, o processo de consolidação das contas públicas.

<sup>3</sup> <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas/index.php?p=9535>

## Treinamento relativo aos Fundos Municipais

Em razão dos constantes apontamentos do TCMSP a respeito da não observância à Portaria SF nº 266/2016 (Fechamentos Contábeis), que dispõe em seu art. 4º que os responsáveis pela prestação de contas dos Fundos Municipais deverão elaborar, divulgar e publicar, mensalmente e anualmente o Balancete Financeiro e o Balancete Orçamentário, o Departamento de Contadoria editou o Manual de Elaboração do Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro para Fundos Municipais. O referido manual<sup>4</sup>, disponibilizado no site da PMSP, foi divulgado no segundo semestre de 2017 por meio de treinamento para os executores dos demonstrativos contábeis dos Fundos Municipais.

O objetivo do Manual dos Fundos é orientar os gestores e responsáveis por cada Fundo Municipal quanto ao dever legal de elaborar, divulgar e publicar os demonstrativos contábeis, preenchidos de acordo com o MCASP. O resultado esperado com esta iniciativa é constituir ferramentas de gestão e dar maior transparência à informação contábil.

## Reconhecimento das Obrigações de Reembolso – Despesas Funerárias de Doadores de Órgãos

Ao longo do exercício de 2017 foram realizados estudos e levantamentos na PMSP e SFMSP, referentes aos valores de reembolso das notas de contratações de funerais dos doadores de órgãos (conforme Lei Municipal 11.479/1994 e Decreto 35.198/1995), com o intuito de melhorar o fluxo das informações, efetuar os registros contábeis pertinentes e acompanhar a execução dessa despesa, estudos estes no âmbito dos processos SEI 6410.2017/0000542-7 e 6410.2018/0000893-2.

Entretanto, a conclusão dos estudos somente foi entregue a este departamento no dia 31/01/2018, o que inviabilizou a evidenciação dos registros para o balanço de 2017, mas tal fato estará refletido nos registros de 2018, tanto no Ativo do SFMSP quanto no Passivo da Adm. Direta.

## 4 Disposições Finais

No relatório do Balanço Geral de 2017 constam todas as informações relativas às análises da gestão patrimonial, financeira, orçamentária e fiscal desta Municipalidade, sendo as Notas Explicativas um complemento e suporte às informações anteriormente apresentadas.

Ressaltamos que as premissas e políticas contábeis relativas aos elementos patrimoniais constam na parte Análise Patrimonial deste Relatório do Balanço Geral de 2017.

<sup>4</sup> <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas/index.php?p=9535>